



Universidade  
Federal  
Fluminense

BETHANIA SAMPAIO CORRÊA MARIANI

MEMORIAL ACADÊMICO

Niterói, março de 2015



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE LETRAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA LINGUAGEM

BETHANIA SAMPAIO CORRÊA MARIANI

MEMORIAL APRESENTADO AO INSTITUTO DE  
LETRAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL  
FLUMINENSE COMO PARTE DOS REQUISITOS  
DE AVALIAÇÃO DE ACESSO À CATEGORIA DE  
PROFESSOR TITULAR

Niterói, março de 2015





“Toda descrição está exposta ao equívoco da língua”

(Michel Pêcheux)



## AGRADECIMENTOS

Uma carreira não se contrói de forma isolada. Alunos, orientandos, colegas de trabalho, mestres queridos, família, enfim, muitos participaram direta ou indiretamente da minha formação profissional.

Registro aqui algumas pessoas, em especial, que me acompanharam na caminhada de construção desse processo de avaliação para professor titular.

Destaco, na família, minhas irmãs Luiza Helena e Moema, minha sobrinha Mariana e meus queridíssimos filhos de coração, Inês e Ivan, pelos abraços, pelo interesse e pelo estímulo constante.

Ao meu lado, sempre, Vanise, Lucília, Amanda e Silmara, amigas de coração e de teoria.

Sem a ajuda incansavelmente amorosa de Juciele e Luiza, pós-doutorandas muito especiais, os formulários ainda não estariam preenchidos e os documentos ainda fora dos envelopes...

E faço, por fim, um agradecimento para o qual faltam palavras, pois por mais que eu me esforce, ainda ficaria muito por dizer. Ao Jobinzinho que, com tanta paciência e ternura, tem acompanhado essa minha história inquieta na busca do “alhores irrealizado”.

## LISTA DE QUADROS

Quadros (projetos, publicações, orientações)	
Quadro 1: Traduções	25
Quadro 2: Desdobramentos da pós-graduação	27,28
Quadro 3: Geral dos projetos	30
Quadro 4: Leitura e formação do leitor	32
Quadro 5: Discursos de consultório	39
Quadro 6: Desdobramentos do pós-doutorado	43,44
Quadro 7: A língua como questão política	45
Quadro 8: Sentidos de língua	48
Quadro 9: Políticas de línguas	55
Quadro 10: Sujeito e desejo	60
Quadro 11: Análise do Discurso, Psicanálise	62
Quadro 12: No coletivo	63
Quadro 13: Grupo de Teoria do Discurso	64
Quadro 14: Enciclopédia audiovisual	67
Quadro 15: Enlaces	68
Quadro 16: Orientações de doutorado	73
Quadro 17: Orientações de mestrado	74
Quadro 18: Orientações de IC	74
Quadro 19: Supervisões de pós-doutorado	75
Quadro 20 A: Inserção profissional	78
Quadro 20 B: Inserção profissional	78

## SUMÁRIO

1.	Apresentação um tanto pessoal	11
2.	Anos de formação: inquietações	13
3.	Como se forma um pesquisador?	22
4.	Atividades de pesquisa e produção correspondente	30
4.1	Projetos realizados entre 1988 e 1992	31
4.2	Projetos realizados a partir da entrada na UFF, em 1992	36
4.3	Outros projetos: constituição do Laboratório Arquivos do Sujeito	63
4.4	Colaboração internacional e contribuições	69
5.	Ensino e pesquisa: conexões sempre	71
6.	Atividades de extensão: em direção à sociedade	79
7.	A gestão acadêmica em foco	84
8:	Palavras finais	86
	ANEXOS	89
	Anexo I: Certidão de estágio no Museu do Índio	90
	Anexo II: Certificado de bolsa no projeto UFRJ	91
	Anexo III: Certificado de monitoria	92
	Anexo IV: Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro	93
	Anexo V: Relatório e projeto Poyanawa	96



## 1. Apresentação um tanto pessoal

Essa é a segunda vez que escrevo um memorial. No final da década de 80, quando fazia mestrado na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), precisei escrever um para concorrer a uma bolsa de estudos concedida pela própria Universidade. E, se bem me lembro, iniciei aquele meu texto, já perdido no tempo, mencionando a indecisão entre os cursos de Letras e de História, no momento do vestibular. Língua ou história? Língua e história?! O que era uma indecisão adolescente tornou-se uma inquietação ao longo da graduação em Letras, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, onde fiz minha graduação, entre 1978 e 1982. E tal inquietação de alguma maneira encontrou respostas que me levaram a seguir, anos mais tarde, os estudos que comecei a fazer sobre a Análise do Discurso, justamente na UNICAMP.

Quando me propus a realizar a tarefa da escrita desse memorial, um dos requisitos exigidos para a obtenção do nível de professor titular na carreira do magistério das universidades federais, conforme está previsto no quinto artigo da portaria número 982, de três de outubro de 2013, do Ministério da Educação e Cultura, vieram à memória inúmeros episódios sobre minha formação acadêmica como linguista bem como sobre meu percurso profissional como professora e pesquisadora em Análise do Discurso e em História das ideias Linguísticas. Com certo tom de crônica, mas sem perder de vista uma necessária reflexão crítica, narro episódios que, se não cabem em um currículo já pré-organizado e extremamente objetivo, como é o formato obrigatório do currículo *Lattes* (CNPq), por outro lado dão sabor estritamente pessoal e singular aos produtos aqui exaustivamente enumerados e quantificados. Em outras palavras, na forma como se organizam as carreiras acadêmicas, podemos ler tanto um domínio de pensamento quanto políticas de institucionalização dos saberes de uma época, ambos ali se encontram entrelaçados.

Embora a narrativa de experiências pessoais seja pouco habitual no meio acadêmico, os episódios aqui narrados não deixam de ter algum valor testemunhal em sua contribuição, ainda que indireta, na descrição de ângulos

específicos que podem levar à compreensão de um período histórico em que se consolida uma área de conhecimento (no caso, a Linguística), e duas disciplinas específicas, no caso a Análise do Discurso e a História das ideias Linguísticas, que se constituíram e institucionalizaram no Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense, durante o período abrangido pelo relato.

Assim entendo a escrita dessas páginas, percorrendo aproximadamente 35 anos de militância acadêmica na área de Linguística, e, mais precisamente, nesses dois campos disciplinares: a Análise do Discurso e a História das Ideias Linguísticas. Ao escrever esse memorial, vou me colocando no que é da ordem do particular, mas afetado pelo que constituía os domínios do pensamento linguístico ao longo desse tempo.

Dessa forma, posso me situar, trazendo a singularidade de um percurso que se realizou, passando pelas injunções das especificidades históricas da Linguística como uma área do conhecimento, percurso que, ao mesmo tempo, possibilitou o privilégio de poder acompanhar, colaborar e construir um lugar institucional para a Análise do Discurso e para a História das Ideias Linguísticas como disciplinas nos cursos de graduação e pós-graduação em Letras no Brasil e, mais especificamente, na Universidade Federal Fluminense.



## **2. Anos de formação: inquietações**

Voltemos um pouco no tempo da curiosidade, das indecisões, das inquietações e das primeiras descobertas.

A graduação em Português e Literaturas foi na PUC-Rio, entre 1978 e 1982. Nesse meio tempo, quase fiz dupla licenciatura, com o acréscimo do francês: seria uma maneira de aproveitar os 10 anos ou 12 anos de estudos na Aliança Francesa.

No vestibular, em 1977, ao decidir colocar História como segunda opção e Letras como primeira, estava muito motivada pelo gosto de ler: sempre fui uma leitora voraz, gostava de determinadas aulas de português no tempo de escola, e havia participado de alguns concursos literários ao longo dos meus sete anos como aluna do colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CAP/UFRJ). Qual adolescente sonhadora não pensou, algum dia, em se tornar escritora? Por outro lado, cursar uma faculdade de História em 1978 era a possibilidade de estar engajada no momento político que o país atravessava. Ou, pelo menos, era isso que eu pensava como aluna de um colégio que, apesar da proibição de discussões políticas, era engajado na resistência à ditadura militar. Seja como for, naquele momento o chamado da Literatura e da escrita foi mais forte, fazendo com que me encaminhasse para o curso de Letras da Pontifícia Universidade Católica (Letras/PUC-RJ), universidade que naquela época concentrava em seus pilotes alguma visível resistência estudantil à ditadura militar, além de abrigar vários professores exonerados da UFRJ.

Desnecessário enfatizar que participei de movimento estudantil, tendo colaborado na renovação do diretório acadêmico de Letras e tendo participado do primeiro encontro da União Estadual dos Estudantes (UEE), desde sua dissolução, anos antes, pelo governo militar. Logo no início do curso de Letras, fui convidada por alguns colegas para assistir aulas ministradas por Manoel Maurício de Albuquerque, historiador da UFRJ cassado pela ditadura militar. Ali, na casa do Manoel Maurício, junto com mais 3 ou 4 colegas, tive minhas primeiras lições sobre a teoria materialista da História. Se menciono essas

passagens é porque nelas se encontram raízes, e talvez, justificativas para um certo incômodo que me acompanhou ao longo do curso de Letras. De um lado, a discussão política, com a luta por uma sociedade mais justa; de outro, o encontro com a consolidação da Linguística no Brasil. Mas, é claro, eu não me dava conta disso aos 20 anos.

Os estudos linguísticos das línguas naturais mais valorizados e ensinados na PUC, no final dos anos 70, privilegiavam vertentes estruturalistas, com abordagem estritamente sincrônica. As leituras iniciais e obrigatórias do curso de Linguística incluíam alguns capítulos do *Curso de linguística geral*, obra póstuma de Ferdinand de Saussure – organizada por Charles Bally e Albert Sechewhaye, dois de seus discípulos –, além de capítulos dos livros de introdução geral à Linguística cujas traduções já haviam sido publicadas. Assim, J. Lyons, R.H. Robins e H.A. Gleason cumpriram sua função de me introduzir nos meandros das distinções entre linguagem e língua, linguagem e cultura, linguagem e sociedade. Em Linguística II, estudávamos teoria fonológica e morfológica, sendo que o livro *Estrutura da língua portuguesa*, de Joaquim Mattoso Câmara, cumpria sua função em outras disciplinas: fonologia e morfologia do português. Outros autores, como, Leonard Bloomfield, Noam Chomsky e Willian Labov, também eram objeto de leitura, e eram abordados em Linguística III bem como em disciplinas monográficas. Delineava-se, assim, o conjunto das principais correntes do pensamento linguístico contemporâneo que eram valorizadas no Departamento de Letras entre 1978 e 1982, ano em que me graduei. Na Semântica, lendo Ruth Kempson, em seu *Teoria Semântica*, discutimos os fundamentos da semântica lógica e demos alguns passos na análise componencial. Pragmática e Linguística Textual eram mencionadas, começavam a ganhar seus espaços, mas seu estudo era feito em pequenos grupos capitaneados pelo prof. Milton José Pinto. A Análise do Discurso, por sua vez, simplesmente não existia como disciplina nos cursos de Letras do Rio de Janeiro. Ou, melhor dizendo, o pouco que se comentava, nos primeiros anos da década de 80, era referente a um estranhamento, afinal, desde quando história e ideologia eram assunto para linguistas?

Dessa forma, a característica histórica do curso de graduação em Letras da PUC, nesse período de forte presença e consolidação de certos modelos de análise linguística, acarretou uma espécie de banimento dos estudos filológicos. Por um lado, estudávamos o estruturalismo linguístico nas aulas de Linguística, e, por outro, nas aulas de Língua Portuguesa, fazíamos uma abordagem estrutural do português, aulas de gramática histórica e aulas sobre as gramáticas contemporâneas, sem alusão à história da Língua Portuguesa no/do Brasil, sem menção às línguas indígenas, africanas europeias, sem conhecer a história da construção do saber gramaticale as políticas de línguas levadas a contento durante os períodos colonial, imperial e de início da República. A ênfase na sincronia, naquela época, produzia como efeito a evidência de que no Brasil se fala português e de que o português se origina do latim.

Relendo o que escrevi, vejo que pode ser tomado como uma crítica anacrônica ao curso de Letras que comecei em 1978. Por isso é importante dizer que não considero ser possível demandar a um período histórico da construção ou consolidação de um saber científico objetos ou teorizações que se fizeram *a posteriori*.

Por outro lado, se somos sempre determinados pelo domínio de pensamento de nossa época histórica, isso não quer dizer que nossa inserção histórica não venha marcada por questionamentos, contradições e resistências. Esse domínio de pensamento não é único, uno ou imutável: o que se produz como evidência, ficando na ordem de uma certeza, é também questionável, discutível, e, nessa medida, passível de mudança. Hoje posso teorizar sobre o que me afligia durante a graduação.

Durante os anos de graduação, logo me dei conta de que tanto o estudo linguístico da Língua quanto o estudo da gramática tradicional propostos não me motivavam, ou, melhor dizendo, não me despertava profundo interesse o estudo da língua em si, em seus meandros estruturais fonológicos, morfológicos e sintáticos. Para grande surpresa, o estudo em si da literatura brasileira e portuguesa também não; as aulas de Teoria da Literatura me chamavam mais atenção do que os cursos de Prosa e Poesia. Assim como tive excelentes professores de Língua Portuguesa, tive também professores de Literatura

Brasileira geniais, mas, sem dúvida, foram as aulas de Teoria da Literatura, disciplina descoberta no primeiro semestre, e, sobretudo, de Linguística, descoberta no segundo semestre, que me chamaram a atenção, despertaram curiosidade e apontaram um outro caminho. A Teoria da literatura me levou para a leitura de teóricos marxistas em suas discussões sobre crítica literária, literatura e sociedade, literatura e história. Porém, devo dizer que fui absolutamente fisgada pela leitura de Ferdinand de Saussure, Roman Jakobson, Nicolai Troubeztoy e André Martinet, autores que comecei a ler, e até hoje releio.

Naqueles momentos iniciais do curso de Letras, talvez eu tivesse descoberto uma paixão logofílica latente, um amor excessivo pela linguagem, essa paixão compartilhada pelos linguistas, escritores e psicóticos, conforme definição de Michel Pierssens em seu livro *La tour de Babil* (1976), uma reflexão retomada por Michel Pêcheux em ‘Les hommes fous de leur langue’, quarto capítulo de seu livro *La Langue Introuvable* (1981). Mas essas teorizações eu só vim a saber depois.

O fato é que meu interesse, que aos poucos foi se delineando e sendo melhor compreendido por mim mesma, girava justamente em torno das teorizações, dos impasses e das dificuldades em se pensar aquela abstração proposta por Saussure: o objeto língua em si, como sistema de signos autônomo; um sistema autônomo de dependências internas, sem história e sem sujeito. Era justamente nessa teorização linguística, nessa visada estruturalista que marcava os cursos da PUC à época, que algo me inquietava e foi me levando a fazer perguntas e a buscar respostas, inclusive, em outras áreas do conhecimento. Afinal, por que nem a história, nem as contradições sociais, nem a cultura eram tematizadas em relação aos estudos linguísticos?

Rápida e avidamente fiz os poucos cursos de Linguística oferecidos, restando apenas as muitas aulas de gramática da língua portuguesa, as quais não me despertavam brilho no olhar. Nesse contexto, quando estava quase desistindo de continuar em Letras, deu-se uma primeira virada pessoal que ajudou a definir a pesquisadora que mais tarde me tornei. Ao reencontrar José Luiz Werneck da Silva, um antigo professor de História do CAP, ele me aconselhou a fazer um curso avulso que tinha acabado de abrir inscrições:

Noções de Antropologia, com professores do Museu Nacional. Essas noções de Antropologia, estudadas com muito gosto, me levaram, em seguida, para o Museu do Índio, onde fiz um estágio em Linguística Indígena, com a linguista Ruth Wallace de Garcia Paula (anexo 01).

Três fatos marcaram minha permanência no estágio. Para cumprir as horas obrigatórias, recebi duas tarefas. A primeira era realizar algo que os cursos de Letras nunca solicitam, ou seja, a leitura de textos linguísticos fundamentais em sua totalidade. Assim, longas horas passei na biblioteca do Museu do Índio lendo e fichando, na íntegra, algumas obras de Linguística Geral, de Linguística Indígena e de Antropologia. Fui marcada por aquelas horas passadas no casarão da rua das Palmeiras lendo e fichando integralmente o *Curso de Linguística Geral*, de Ferdinand de Saussure; *A Linguagem: uma introdução ao estudo da fala*, de Edward Sapir; *Introdução às línguas indígenas brasileiras*, de Mattoso Câmara; *Índios do Brasil*, de Julio Cesar Mellati; e *Pequena história da Linguística*, de Robert H. Robins. Ainda hoje me surpreendo pensando na oportunidade que ali se apresentou para fazer algo que os cursos de Letras até hoje não demandam. Qual o aluno que é convocado a ler, na graduação, todo o *Curso de Linguística Geral*, por exemplo? Em geral, o conhecimento é apresentado de forma compartimentada, deshistoricizado, sem uma visão mais abrangente e isso se reflete nos fragmentos de leituras em xerox semestralmente organizados em pastas até os dias de hoje.

A segunda tarefa foi colaborar com a orientadora em uma pesquisa de gabinete: ler e catalogar fichas com descrições linguísticas que faziam parte dos diários de campo do Marechal Rondon. Com espanto me debrucei sobre aquele precioso material de arquivo, com suas observações impressionistas sobre as línguas indígenas. Lembro, especificamente, da descrição de um determinado som como sendo “parecido com o urro de uma onça”. E, urbanamente me perguntei rindo: mas como é som do urro da onça?

O terceiro fato marcante durante esse período no Museu do Índio foi a convivência com estagiários de Antropologia, História e Arqueologia, uns cinco ou seis estudantes que, com o tempo, se tornaram amigos e atualmente também são professores universitários. Eles me faziam inúmeras perguntas sobre

Linguística, perguntas para as quais o curso de Letras não tinha me preparado. Não lembro das perguntas em si; na verdade, o mais importante é a lembrança da impressão de estranhamento que essas perguntas me causavam, dos enigmas que elas propunham e da referência a noções com sentido opaco, sequer mencionadas ou discutidas em Letras.

Nesse meio tempo, nesse meio dos quatro anos e meio que fiquei na PUC, por duas ou três vezes, me inscrevi e, ao mesmo tempo, trabalhei como monitora dos Congressos de Linguística que eram realizados no auditório do Rio Data Centro (RDC-PUC). Nessa época, esses congressos de Linguística eram seletos, raros e pioneiros. O trabalho que desempenhei na mesinha de recepção do hall de entrada do RDC me permitiu ouvir várias comunicações, ter contato com pesquisadores brasileiros e estrangeiros, que até então eram apenas nomes próprios em artigos publicados, e ter acesso a revistas e obras nacionais e internacionais que eram expostas nos estandes de livros. Certamente eu pouco compreendia as discussões que eram travadas por renomados linguistas, mas aquele contato pessoal e aqueles títulos de livros só aumentavam meu interesse pelos estudos da linguagem.

Além disso, durante um ano, como monitora de Comunicação e Expressão, sob a supervisão da professora Margareth Elias, li e apliquei os preceitos da arte de escrever, tal como Magda Soares os havia preconizado em seu livro *Técnica de redação* (anexo 03). Depois fui acolhida pelo professor Milton José Pinto como aluna (sem bolsa) em um grupo de iniciação científica, semanticista que me apresentou a dois autores e suas obras: de Eliseo Véron, li *A produção de sentido* (1980); de Maria Lucia Goulart, li *A ideologia no livro didático* (2005).

Posso afirmar que a leitura de Véron trouxe o primeiro contato com uma teoria que buscava compreender os processos ideológicos presentes na construção textual. Já Goulart tentava descrever e analisar estereótipos presentes em livros didáticos, algo que hoje em dia seria considerado politicamente incorreto, como, por exemplo, as ilustrações sobre o que imaginariamente seria uma família tradicional, em que um suposto pai estava sentado em uma poltrona enquanto uma empregada negra trazia uma bandeja. Essas leituras começaram

a delinear e a abrir, para mim, um campo de estudos da linguagem que não se restringia à descrição das estruturas fonológicas, morfológicas e sintáticas, uma vez que passava pela análise dos processos de produção dos sentidos e pelo histórico-ideológico. Outro ponto importante dessa participação no grupo de pesquisa do Milton foi a descoberta de que era possível analisar linguisticamente textos não-literários, como os jornalísticos e os didáticos. No entanto, apesar de minha pouca maturidade e pouca leitura, lembro de ter acompanhado as críticas que Milton fazia aos dois livros. As análises eram muito estreitas, ou seja, pareciam muito imediatistas as correlações entre palavras e significados ideológicos. Além disso, a ideologia era tratada na tradicional acepção de “sentidos escondidos, mascarados” pela classe dominante em sua exploração do proletariado. Seria só isso? Era o que eu me perguntava.

Depois do período de estágio no Museu do Índio e de pesquisa sob a orientação do Milton, já quase concluindo Letras, tornei-me bolsista em Iniciação Científica... na UFRJ (anexo II). Dessa vez, após ter feito uma disciplina monográfica cujo tema era Linguagem e Sociedade, com Jurgen Heye, descobri que o *Censo da Variação Linguística*, projeto em Sociolinguística desenvolvido pela UFRJ, sob a coordenação, se não me falha a memória, de Anthony Julius Naro, procurava por estagiários. Assim, após fazer uma pequena prova de seleção, e mesmo sendo aluna de graduação da PUC, tive acesso à Faculdade de Letras da UFRJ e, o mais importante, foi possível ter uma experiência única com a Teoria da Variação e Mudança. O objeto de estudo era a fala concreta, a ser empiricamente gravada e posteriormente analisada. Isso era algo que para a linguística saussureana e chomskyana era praticamente impensável. Em função do projeto *Censo*, estudei pela primeira vez alguns capítulos do *Sociolinguistics Patterns* (1972), de William Labov, fui treinada como auxiliar de pesquisa e, nessa condição, percorri uma comunidade de fala heterogênea e variável, formada por moradores de bairros e favelas do Rio de Janeiro. Fiz e gravei entrevistas com a metodologia da Sociolinguística segundo um protocolo de questões que visavam obter determinadas formas linguísticas; ao mesmo tempo, aprendi muito sobre Linguística em geral, sobre o funcionamento de um grupo de pesquisa de grande porte e, também, conheci melhor a cidade onde moro. Depois fui treinada



para transcrever as gravações valendo-me, para tanto, de uma metodologia de transcrição com características muito específicas, idealizada pelos pesquisadores do projeto *Censo*. Esse período foi crucial, pois, se me permitiu ter acesso, de forma muito concreta, a uma pesquisa empírica e quantitativa, levada a cabo por um grupo de pesquisadores, por outro lado me deixou um tanto cética em relação à maneira como a sociedade era pensada em sua relação com os falantes. Ainda hoje leio artigos da Teoria da Variação e Mudança, e percebo sua relevância na compreensão sincrônica e diacrônica de vários fenômenos linguísticos, mas sempre me pergunto pela abordagem dos aspectos sócio-históricos do funcionamento da linguagem.

Enquanto fazia a pesquisa de campo, fui autorizada pela Coordenação de Graduação em Letras da PUC, em 1982, meu último semestre na graduação, a fazer inscrição em um curso de mestrado sobre Filosofia da Linguagem, oferecido pelo professor Danilo Marcondes. Foi assim, estudando com filósofos da linguagem, que descobri Ludwig Wittgenstein, John L. Austin, a teoria dos Atos de Fala e um campo de estudos da Pragmática que a partir daí se desenvolve, sobretudo nos Estados Unidos.

E, enquanto lia Labov e Austin, descobri, quase que por acaso, dois novos autores e um outro campo de pesquisas que me fascinaram de imediato. Os autores chamavam-se Eni Orlandi e Michel Pêcheux, e trabalhavam com Análise do Discurso. Digo que foi quase por acaso e explico. Se não fosse o hábito de entrar em bibliotecas, livrarias, e parar diante de pequenas bancas de livros, talvez eu não tivesse visto uma pequena publicação de capa branca, uma revista chamada *Série Estudos*, da Universidade de Uberaba, organizada por Eduardo Guimarães, na época professor das Faculdades Integradas de Uberaba.

O encontro com o texto de Eni Orlandi, intitulado *Análise do livro didático de história para a escola*, representou a mais importante virada na minha formação. E propiciou um encontro teórico, além de uma amizade, que tem aproximadamente mais de 30 anos, se considerarmos que comecei meu mestrado na UNICAMP, em Análise do Discurso, sob orientação de Eni Orlandi, em março de 1983. Lembro que, quando terminei de ler o texto da Eni, corri



atrás de meus professores na PUC para saber quem era aquela pesquisadora. Queria aprender a fazer aquele tipo de análise, queria saber fazer a tal da Análise do Discurso. Finalmente eu havia encontrado um campo de reflexões que teorizava sobre os processos de constituição mútua entre língua(gem) e história, propondo uma maneira específica de compreensão do funcionamento da linguagem e de análise dos processos de produção de sentidos nos textos muito específica. De brinde, havia me deparado com a inclusão da Psicanálise lacaniana nas reflexões de Pêcheux para a Análise do Discurso. Nessa teoria, a história não era apenas cronologia, a sociedade era tomada em seus tensionamentos sociais, a linguagem era compreendida em termos de seu funcionamento parafrástico e/ou polissêmico, e, em relação aos falantes, tudo interessava, considerando-se que os lugares sociais falam, e o fato de que nós, falantes, somos atravessados pelo inconsciente e determinados pela ideologia. Assim, deparei-me com uma teorização que incluía as mais variadas formas de dizer, como o silêncio, os equívocos, as ambiguidades, os lapsos, enfim, todo um campo da linguagem se abria para reflexão. Uma janela para uma possível aventura teórica se abriu a partir da leitura daquele artigo. O que eu não sabia era o tamanho do passo que estava dando quando me candidatei ao mestrado da UNICAMP.

Apenas para fechar essas pequenas memórias sobre os anos de graduação, período que nomeei como formação inquieta, acho relevante mencionar que foi uma versão ampliada do trabalho final apresentado no curso de Filosofia da Linguagem uma análise (com certeza, incipiente e incerta) do discurso jornalístico sobre as primeiras eleições diretas após o final da ditadura militar, que submeti ao processo seletivo para ingresso no mestrado da UNICAMP.

### 3. Como se forma um pesquisador?

Não sei se haveria uma única resposta para a pergunta que faço. Posso minimamente recordar e descrever de que maneira a formação que tive na graduação em Letras na PUC, e, posteriormente, em Linguística, na UNICAMP durante o mestrado e o doutorado, sempre fez eco no modo como me integrei na vida acadêmica, como me profissionalizei, no modo como dou aulas e no modo como tento formar meus orientandos.

Ao longo do mestrado e do doutorado cursados na UNICAMP, aprendi que a circulação do conhecimento está estreitamente vinculada às condições históricas de sua produção e, também, ao modo como esse conhecimento é disciplinarizado a fim de ser transmitido e retransmitido. Essas condições de produção são reguladas pelo Estado e pela Instituição à qual pertencemos. Somos submetidos a políticas científicas que administram as condições de produção em termos da quantidade de fomento e seu direcionamento a projetos de pesquisa.

Sem dúvida, com os professores que tive na UNICAMP, passei por um aprendizado que foi muito além dos saberes institucionalizados. Desde muito cedo aprendi que nenhuma proposta de funcionamento das políticas públicas voltadas para a produção de conhecimento nas universidades era desimplicada. Qualquer política científica, seja em âmbito nacional, regional, estadual ou institucional, supõe algum tipo de controle e administração tanto da produção de conhecimento em si quanto das formas de avaliação dos resultados obtidos. E isso recai na instituição e nos pesquisadores tomados em sua individualidade: um campo disciplinar específico pode receber estímulos, ou ter limitações de financiamento de bolsas ou verbas para participação em congressos ou para a organização de eventos. A institucionalização do conhecimento muitas vezes passa por modismos ou influências externas ao que se produz no país, silenciando alternativas ou resistências ao pensamento dominante. Passa também por políticas que afirmam a necessidade de racionalizações, quantificações e massificações administrativas, apagando o heterogêneo em sua singularidade.

Enquanto professora universitária, posso ou não concordar com o que as agências de fomento decidem em termos de distribuição de recursos, mas o

fato é que me encontro em meio às tensões que resultam dessas políticas científicas, e tento me posicionar em defesa da independência da pesquisa e do pesquisador. Se uma das palavras de ordem nos dias de hoje é 'produção', o que tento é não cair no produtivismo. No excesso, uma das características dos dias de hoje, a pergunta que fica é: quem tem tempo para ler boa parte do que é publicado em sua própria área? Se penso na formação de meus alunos e orientandos, algum ponto de equilíbrio precisa ser encontrado: a inclusão da leitura dos clássicos, sempre, e a leitura do que se produz hodiernamente, necessária.

Nunca morei em Campinas, sempre optei por ir-e-vir em função de um simples motivo: a cidade do Rio de Janeiro era meu local de trabalho e onde queria construir, em um futuro que ainda me parecia muito incerto e distante, uma carreira como professora universitária. Por isso, viajava uma vez por semana em um ônibus noturno da Cometa curiosamente lotado de estudantes cariocas seguindo para diferentes cursos de pós-graduação da UNICAMP. Durante essas viagens, conheci e fiz amizade com colegas que depois vieram a se tornar linguistas bastante conhecidas: Marília Faccó (Museu Nacional/UFRJ), Tania Clemente (ex-UFF, atualmente no Museu Nacional/UFRJ) e Nina Leite, psicanalista e linguista (UNICAMP). Se as cito é porque também tiveram um papel importante em diferentes momentos do meu percurso como pesquisadora.

Os anos de mestrado e doutorado no IEL/UNICAMP não foram fáceis, e, ao mesmo tempo, foram cruciais em função do campo de estudo que se abria não somente a partir das aulas, mas também, a partir da biblioteca universitária. O acesso a coleções de revistas estrangeiras (*Mots*, *Langue Française*, *Langages*, dentre outras) com a conseqüente multiplicidade de leituras, nem todas exigidas pelos cursos, provocavam questionamentos e discussões entre os alunos. Eram discussões que se iniciavam antes das aulas, seguiam no curto intervalo para o cafezinho, prosseguiam pelo almoço e continuavam na aula seguinte. Entre os alunos e entre alunos e professores, falava-se, lia-se e respirava-se Linguística o tempo todo, de forma estimulante, provocadora, exaustiva.

Além disso, a presença de professores de outras universidades, inclusive estrangeiras, era intensa. Eni Orlandi, com apoio de agências de fomento,

sobretudo da FAPESP, conseguiu trazer, ao longo das décadas de 80 e 90, praticamente toda a equipe que trabalhou diretamente ou indiretamente com Michel Pêcheux. Tive a oportunidade de conhecer, ouvir palestras, frequentar minicursos e ter *rendez-vous* de pesquisa com Jacqueline Authier-Revuz, Patrick Sériot, Francine Mazière, Régine Robin, Denise Maldidier, Claudine Haroche, François Gadet, Paul Henry, Jean-Jacques Courtine, Jacques Guilhaumou e André Collinot, entre outros. Eram pesquisadores que aos poucos foram sendo traduzidos pela própria Eni e por nós, seus orientandos da chamada primeira geração por ela formados.

Esse vasto trabalho de tradução objetivava a divulgação da Análise do Discurso, sem dúvida. Porém, em termos específicos, já traz a marca de algo próprio à reflexão da Análise do Discurso, quando se pensa na língua da ciência. Haveria uma língua da ciência? (Orlandi, 2003) Se, no passado mais distante, era o latim a língua em que se escreviam os tratados de física, por exemplo, atualmente a publicação em língua inglesa em revistas estrangeiras não só confere efeitos de cientificidade ao texto, como é desejável, considerando-se a atual política acadêmica de valorização da internacionalização. Nesse sentido, considero relevante criticar e resistir a tal sujeição, e, ao mesmo tempo, propor políticas de valorização da publicação em língua nacional, seja na forma de artigos em periódicos, seja na forma de capítulos de livros. O que não podemos é ficar sempre reféns de critérios externos. A seguir, um quadro com minha participação nos trabalhos de tradução.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Como se sabe, para a área de Letras e Linguística, a tradução é um campo teórico complexo e não apenas um trabalho técnico. Registro aqui as atividades tradutórias porque, no conjunto com as que foram feitas por colegas e com Eni Orlandi, a publicação dos textos traduzidos foi importante no estabelecimento da Análise do Discurso no Brasil. A comprovação das traduções está anexada ao item relativo a livros e capítulos de livros, embora livros e artigos traduzidos não tenham sido previstos no regulamento da UFF.

## QUADRO 1: TRADUÇÕES

PÊCHEUX, M. As ciências humanas e o momento atual. Tradução de Bethania Mariani. ORLANDI, E. (org.) Em *Textos escolhidos por Eni Puccinelli Orlandi*. Campinas: Pontes, 2011.

PÊCHEUX, M. E GADET, F. *A língua inatingível; o discurso na história da linguística*. Tradução de Bethania Mariani e Maria Elisabeth Chaves de Mello. Campinas: Pontes, 2004 (primeira edição).

PÊCHEUX, M. E GADET, F. *A língua inatingível; o discurso na história da linguística*. Tradução de Bethania Mariani e Maria Elisabeth Chaves de Mello. Campinas: RG Editora, 2010 (segunda edição).

GADET, F. Prefácio. Tradução de Bethania Mariani. Em PÊCHEUX, M. E GADET, F. *A língua inatingível; o discurso na história da linguística*. Campinas: Pontes, 2010.

MALDIDIER, D; NORMAND, CL. E ROBIN, R. Discurso e ideologia: bases para uma pesquisa. Tradução de Bethania Mariani. Em ORLANDI, Eni. *Gestos de Leitura: da história no discurso*. Campinas: Pontes, 1994.

HENRY, P. Os fundamentos teóricos da análise automática do discurso de Michel PÊCHEUX. Tradução de Bethania Mariani. EM GADET, F. E HAK, T. (orgs) *Por uma análise automática do discurso*. Campinas: Pontes, 1990.

COLLINOT, A. A preleção jesuíta ou a conversão do discurso. Tradução de Bethania Mariani. Em GUIMARÃES, E. (org). *História e sentido da linguagem*. Campinas: Pontes, 1989.

Na época (e ainda hoje) lembro de me sentir tocada e muito estimulada pela tenacidade e generosidade intelectual da Eni em sua luta para construir um lugar para a Análise do Discurso no Brasil. Ao longo desses anos de construção de um campo disciplinar, Eni sempre estimulava criticamente seus orientandos, para não deixar que fôssemos colonizados teoricamente, ou seja, meros repetidores dos teóricos de além mar.

Um lugar institucional e um respeito intelectual lentamente foram sendo construídos tanto na UNICAMP quanto em outras universidades, pois, para certas áreas da Linguística, fazer Análise do Discurso não era fazer ciência e, muito menos, fazer Linguística. Hoje em dia, passados tantos anos dessa década de 80, sinto-me muito à vontade para mais uma vez fazer coro com Eni, Courtine e Guespin, quando afirmam que para ser analista do discurso é necessário ser linguista e, ao mesmo tempo, deixar de ser linguista.

A Análise do Discurso é uma teorização que se constitui na tradição francesa de leitura e análise de textos, surge em uma conjuntura política e universitária muito específica, e se propõe, como afirma o próprio Michel Pêcheux, a se colocar como dispositivo crítico de análise dos discursos políticos no âmbito das Ciências Sociais. Com a Análise do Discurso, Pêcheux propõe uma ruptura com a Análise de Conteúdo, com o positivismo, com o formalismo e com o idealismo. Paul Henry, em artigo que traduzi, explicita a conjuntura intelectual francesa que está na base da publicação de *Analyse Automatique du Discours* (1969), primeiro livro de Pêcheux. Afirma Henry que “Pêcheux queria se apoiar sobre o que lhe parecia já ter estimulado uma reviravolta na problemática dominante das ciências sociais: o materialismo histórico tal como Louis Althusser o havia renovado a partir de sua releitura de Marx; a psicanálise, tal como a reformulou Jacques Lacan, através de seu ‘retorno a Freud’, bem como certos aspectos do grande movimento chamado, não sem ambiguidades, de estruturalismo.” (Henry, 1990. P. 14) Por isso se considera que a Análise do Discurso é uma disciplina de entremeio. O próprio Pêcheux, em *Les vérités de la Palice* (livro de 1975, intitulado em português *Semântica e discurso, uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni Orlandi, Campinas: Ed. Da UNICAMP, 1988) descreve os estudos da linguagem referindo-se a três principais tendências: a formalista-logicista (escola de Chomsky e a discussão sobre gramática universal), a histórico-sociológica (de Meillet a Labov, resultando em estudos geo-, etno- e sócio-linguísticos) e a linguística da fala (vertentes da pragmática e análise da conversação) (Pêcheux, 1988 [1975], p. 21, 22). À Análise do Discurso não caberia ocupar uma quarta tendência, mas sim trabalhar nas contradições abertas pelas tendências mencionadas. E, sobretudo, justificase ao trazer a referência à História, para tratar das questões de linguagem, a perspectiva de uma análise materialista dos efeitos das tensões sociais nas práticas discursivas.

Nos desdobramentos dos estudos discursivos no Brasil, nunca deixamos de trabalhar com a articulação desses campos delineados inicialmente em 1969 e sempre retomados em outros artigos e livros publicados por Pêcheux e seu grupo: da Linguística, recorta-se que se trata de uma teoria da língua como fato

social; do Materialismo Histórico, focaliza-se a teoria das formações sociais e suas transformações; da Teoria do Discurso, a compreensão, de base materialista, dos processos de produção dos sentidos; e da Psicanálise, retomase a teoria do sujeito dividido. Eni Orlandi sempre insistiu em trabalhar com o discurso, um objeto distinto das conceituações linguísticas, um objeto que supõe a relação de constituição mútua entre linguagem e história no engendramento de processos de produção de sentidos.

Poderia continuar escrevendo longamente sobre a Análise do Discurso. E sobre sua forma de trabalho. E sobre seus desdobramentos. E sobre a união e amizade de um grupo de estudantes de pós-graduação oriundos de tão diferentes partes do Brasil, que se descobriu no mesmo fortíssimo e apaixonado interesse pelas reflexões discursivas. Assim foi a década de 80 e boa parte dos anos 90.

Tanto a pesquisa de mestrado quanto a de doutorado tiveram como foco o discurso jornalístico-político. Dei continuidade, dessa forma, ao já mencionado texto de ingresso no mestrado. Para o mestrado, centrei a análise em dois jornais cariocas visando compreender o processo de produção de sentidos para a conhecida Revolução de 30. Já no doutorado, busquei compreender os processos de significação engendrados pelos jornais cariocas sobre os comunistas e sobre o Partido Comunista Brasileiro, no período compreendido entre a fundação do PCB e 1989, quando houve a queda do muro de Berlin e o início do processo de redemocratização no Brasil. Esse trabalho de doutorado foi publicado e deu, também, origem a vários desdobramentos publicados ao longo dos anos, que apresento, de forma sintética, no quadro abaixo.

#### QUADRO 2: DESDOBRAMENTOS

MARIANI, B. *O PCB e a imprensa, o imaginário sobre os comunistas nos jornais cariocas*. Campinas, Rio de Janeiro: Editora da UNICAMP & Editora Revan, 1998.

MARIANI, B. Discurso e instituição: a imprensa. *Revista Rua*. Unicamp/LABEUB, v. 05, 1999, p. 47 a 62.

MARIANI, B. A defesa da pátria. 1935 nos jornais e a memória discursiva da brasilidade. Em BARROS, diana L. Pessoa de. *Os discursos do descobrimento*. São Paulo: EDUSP, 2000, p. 223 a 237.



MARIANI, B. Sobre um percurso em Análise do Discurso: a revolução de 30. INDURSKY, F. *Os múltiplos territórios em Análise do Discurso*. Porto Alegre: Editora Sagra-Luzzato, 1999, p. 102 a 130.

MARIANI, B. Narrativas e rituais enunciativos na imprensa: a intentona comunista de 35. Em RUBIM, Antônio Albino C.; BENTZ, Ione Maria G.; PINTO, Milton José (orgs.) *Produção e recepção dos sentidos mediáticos*. Petrópolis: editora Vozes & COMPÓS, 1998, p. 47 a 57 (das edições).

MARIANI, B. Os primórdios da imprensa no Brasil (ou de como o discurso jornalístico constrói memória). Em ORLANDI, E. *O discurso fundador. A formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas: Pontes, 1993, p. 32 a 42.

MARIANI, B. Discurso e memória. *Cadernos de Letras da UFF*, v. 14, 1998, p. 30 a 42.

MARIANI, B. Linguagem e história (ou discutindo a linguística e chegando à análise do discurso). *Cadernos de Letras da UFF*, v. 12, 1997, p. 13 a 23.

MARIANI, B. *Discurso e memória*. *Cadernos de Letras da UFF*, v. 14, 1998, p. 30 a 42.

MARIANI, B. Fundamentos teóricos da análise do discurso. *Cadernos de Letras da UFF*, v. 15, 1998, p. 33 a 46.

Cabe acrescentar que uma das inquietações centrais de ambos os trabalhos tinha ressonâncias com um capítulo específico do livro de Pêcheux *La langue introuvable (A língua inatingível)*, tradução minha e de Maria Elizabeth Chaves de Mello, 2004 e 2010 [1981]). No capítulo intitulado Outubro de 17 e a força das palavras, Pêcheux menciona a relação entre língua e momentos revolucionários, citando F. Brunot, com seu estudo sobre a revolução francesa, e A. M. Selichtchev, em seu trabalho sobre a revolução russa. A leitura desse capítulo deixou suas marcas por um longo tempo. Se, com o mestrado e com o doutorado, não cheguei perto de observar tal relação no panorama discursivo brasileiro, pois nossas chamadas revoluções talvez não tenham movimentado as massas como as demais citadas por Pêcheux, consegui me aproximar melhor dessa questão uma década mais tarde, quando desenvolvi uma pesquisa sobre a Língua Portuguesa em Moçambique. Porém, essa é uma história que contarei mais adiante.

As descobertas intelectuais, o amadurecimento teórico, o prazer de fazer pesquisa em Análise do Discurso caminhavam junto com um incentivo por parte



dos professores da UNICAMP para a participação e apresentação de trabalhos em congressos e colóquios. Éramos sempre estimulados a escrever exames de qualificação que pudessem ser apresentados como *papers*, a fazer resenhas boas o suficiente para serem publicadas e assim por diante.

Além disso, nós fazíamos nossas dissertações e teses, e, também, participávamos de outros projetos de pesquisa coordenados por nossos orientadores. Não posso afirmar que essa era uma prática geral de todos os professores do IEL, mas o fato de ter integrado dois projetos de pesquisa coordenados por Eni Orlandi foi extremamente estimulante. Novamente me vi envolvida com pesquisa de campo e a chamada pesquisa de gabinete. No próximo capítulo, apresento de forma mais detalhada essas pesquisas realizadas para além dos trabalhos de mestrado e doutorado.

Como se forma um pesquisador em Linguística? Volto à questão que abriu essa seção e torno a dizer que não haveria uma resposta única. Como professora e pesquisadora, sempre digo para meus alunos que um linguista tem muitos caminhos a seguir e, eventualmente, conto algumas das pesquisas realizadas ao longo dos anos.

Em síntese, graduação e pós-graduação abriram portas para pesquisa de campo e pesquisa de gabinete. Tanto a monitoria quanto a iniciação científica foram cruciais na graduação. O estágio no Museu do Índio e os estudos em Semântica mostraram caminhos para a chamada pesquisa de gabinete, com algum investimento na leitura de arquivos. Da mesma maneira, a iniciação científica em Teoria da Variação e Mudança abriu as portas para a pesquisa de campo, para a interação face a face com os informantes.

Por outro lado, ao longo do mestrado e do doutorado, houve a possibilidade de me integrar a grupos de pesquisa com projetos coordenados por Eni, o que abriu ainda mais meus horizontes como pesquisadora em formação. Na sequência, passo a descrever e colocar em perspectiva as atividades de pesquisa desenvolvidas a partir de 1988.

#### 4. Atividades de pesquisa e produção correspondente

Início com o relato de minha participação como pesquisadora em projetos de outros professores, depois apresento projetos autorais, para, finalmente, mencionar as parcerias feitas com grupos de pesquisa no Brasil e na Universidade Paris XIII.

Apresento, a seguir, um quadro geral com o percurso de pesquisas financiadas e realizadas até o momento para, no momento subsequente, fazer um relato analítico dos resultados obtidos e das publicações realizadas.

##### QUADRO 3: GERAL DOS PROJETOS

MARIANI, B. *Divulgação científica em análise do Discurso: investigação e inovação com base nas novas tecnologias de linguagem* (UFF, recursos FAPERJ, edital Humanidades, 2013/out. 2015).

MARIANI, B. *As jovens discursividades cariocas e a mídia alternativa* (UFF, bolsa CNE FAPERJ, 2013/set. 2015).

MARIANI, B. *Discursos em farrapos e outros discursos: sobre o ordinário de sentido na mídia* (UFF, bolsa 1C CNPq, 2011/2018).

MARIANI, B. *O brasileiro hoje: língua, cultura e novas relações sociais* (UFF, CAPES/PNPD, 2010/2016).

MARIANI, B. *Nacionalismo linguístico e historicidade: a construção do sujeito nacional* (UFF, bolsa CNPq 1D, 2008/2011).

MARIANI, B. *Uma proposta de arquivo sobre o sujeito da cidade do Rio de Janeiro: inventário de heranças, cicatrizes e esperanças* (UFF, bolsa CNE FAPERJ, 2008/2011).

MARIANI, B. *Arquivos sobre o sujeito nacional: discursividades na sociedade e na cultura contemporânea* (UFF, recursos CNPq, edital Universal, 2008/2010).

MARIANI, B. *Um arquivo sobre mídia e sujeito urbano da/na cidade do Rio de Janeiro: o discurso da imprensa* (UFF, PNPD/FAPERJ, 2009/2014).

MARIANI, B. *Por uma história da política linguística portuguesa. Línguas e formação de estados nacionais* (bolsa CNPq PQ 2, 2005/2008).

MARIANI, B. *Os sentidos da saúde: o discurso das colunas de consultório nos jornais cariocas* (bolsa CNPq PQ 2C, 2000/2002).

MARIANI, B. *Das histórias da Rocinha a um projeto pedagógico* (PUC-Rio, BNDES/FAPERJ, 1990/1991).

MARIANI, B. *Língua Poyanawa*. (CNPq, auxílio à pesquisa, 1988/1989)MARIANI, B. *O dizer de uma comunidade: a Rocinha* (PUC-Rio, BNDES/FAPERJ, 1988/1990).

#### 4.1 Projetos realizados entre 1988 e 1992

Durante a pós-graduação na UNICAMP, vale mencionar o primeiro deles, coordenado por Eni Orlandi, financiado pelo INEP, com tema a leitura e a formação do leitor. Ainda doutoranda na UNICAMP, nessa época, no Rio de Janeiro, eu participava do Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER), coordenado por Eliana Yunes na Casa da Leitura, um setor da Biblioteca Nacional voltado para a formação de leitores. E, além disso, entre 1988 e julho de 1992, enquanto dava aulas na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), participei das atividades do *Núcleo de Estudos e Ação sobre o Menor* (NEAM/PUC-Rio) desenvolvendo dois projetos: 1) *O dizer de uma comunidade: a Rocinha* (1988-1990); 2) *das histórias da Rocinha a um projeto pedagógico* (1990-1991). Os dois projetos tinham como objetivo comum o ensino de Língua Portuguesa de forma dinâmica e criativa, visando atingir um “medo de falar errado”, algo que era dito nas reuniões gerais do NEAM, quando se reuniam professores, estudantes e moradores da comunidade. Paralelamente, objetivava-se também a recolha de histórias narradas pelos moradores mais antigos. Os dois projetos estavam vinculados a uma ação de extensão e envolveu alunos de graduação de Letras da PUC Rio.

Assim, além do contato com a comunidade da Rocinha, uma experiência dolorosa e impactante, um ponto que considero importante foi a possibilidade que se abriu para a orientação de alunos de Iniciação Científica. Ainda como doutoranda na UNICAMP, pude orientar quatro jovens pesquisadores (dois com bolsa FAPERJ e dois com bolsa do BNDES), sendo que dois deles, anos mais tarde, seguiram a carreira acadêmica e se tornaram professores em universidades federais. Foi realmente uma chance única ter integrado as discussões desses trabalhos realizados no PROLEM e no NEAM com aquele proposto por Eni Orlandi em seu projeto de Análise do Discurso e leitura. A experiência de trabalho com a Rocinha foi realizada em duas etapas: no primeiro ano trabalhamos com senhoras e jovens educadoras da comunidade que queriam “aprender a falar o português certo”; já no segundo ano, recebemos adolescentes na própria PUC. Mencionar esses adolescentes é falar de um resto não

assimilável que ficou: dos adolescentes que atendemos durante aproximadamente seis meses, pouquíssimos ficaram vivos, a maioria não escapou do envolvimento com o crime, o tráfico de drogas e a prostituição.

Essas histórias com a Rocinha e os resultados desses trabalhos de pesquisa foram divulgados, ao longo dos anos, em três capítulos de livros e artigos publicados a partir do final da década de 90, como apresento no quadro a seguir:

#### QUADRO 4: LEITURA E FORMAÇÃO DO LEITOR

MARIANI, B. Entre a evidência e o absurdo: sobre o preconceito linguístico. *Revista Letras*, da UFSM, v. 18, 2008, p. 19 a 35.

MARIANI, B. Entre a evidência e o absurdo: sobre o preconceito linguístico. *Cadernos de Letras UFF*, v. 36, p 27 a 44, 2008.

MARIANI, B. Leitura e condição do leitor. Em YUNES, E. (org.) *Pensar a leitura: complexidade*. Rio de Janeiro, São Paulo: Editora PUC-Rio & Edições Loyola, 2002.

MARIANI, B. A leitura no Brasil e suas histórias: um debate discursivo sobre a obra de Marisa Lajolo e Regina Zilberman. *Cadernos de Letras da UFF*. V. 20, 2000, p.09 a 17.

MARIANI, B. *Favela*, ensino de Português e escola. Em TEVES, Nilda e RANGEL, Mary (org.) *Representação social e educação: temas e enfoques contemporâneos de pesquisas*. São Paulo: Papirus, 1999.

MARIANI, B. As leituras da/na Rocinha, em ORLANDI, E. (org.) *A leitura e os leitores*. Campinas: Pontes, 1998.

O segundo projeto do qual participei, enquanto fazia minha pós-graduação, *História das Ideias Linguísticas*, era fruto de um convênio CAPES-COFECUB, durante muitos anos coordenado por Eni Orlandi (pela UNICAMP) e Sylvain Auroux (pela École Normale Supérieure). O projeto voltava-se para pesquisas sobre História das Ideias Linguísticas. Comecei a trabalhar com ideias linguísticas sem nem saber ao certo que estava entrando em um outro campo de pesquisas. Explico.

Claudine Haroche, em aulas dadas na UNICAMP sobre língua e discurso, trouxe um tópico muito interessante sobre a história das reformas ortográficas da língua francesa. Ao terminar de assistir seu curso, comecei a me questionar sobre o problema ortográfico no Brasil e, assim, em parceria com Tania Clemente

de Sousa, dei início a uma pesquisa sobre os tratados ortográficos celebrados entre Brasil e Portugal, a partir da fundação da Academia Brasileira de Letras. Esse trabalho, é interessante observar, nos levou para o primeiro congresso da ANPOLL! Foi mesmo uma situação curiosa: vimos a chamada para o congresso, fizemos a inscrição e, ambas, uma mestranda e uma doutoranda, fomos aceitas, com passagem paga pela UNICAMP. Só depois é que soubemos que se tratava de um primeiro encontro para a fundação da Associação Nacional de Pós-Graduação em Letras e Linguística. Ainda com emoção relembro a reunião em que vários Grupos de Trabalho (GTs) foram criados, dentre eles, o de Análise do Discurso, fundado por Eni Orlandi. O resultado desse trabalho com Tania foi publicado com o título *Reformas ortográficas ou acordos políticos?*, em um livro organizado por Guimarães e Orlandi. (Pontes, 1996)

Três outros projetos fogem um pouco do perfil vinculado especificamente ao período de formação na pós-graduação. Dois deles eram voltados para o ensino de língua materna: 1) o desenvolvimento de material didático, e 2) a participação no grupo da Secretaria Municipal de Educação que atuou na reforma do ensino de JI (Jardim de Infância) até a 8<sup>a</sup>. série. O terceiro projeto visava pesquisa com línguas indígenas. Vamos aos três.

Entre 1985 e 1987, totalmente desvinculado das atividades de pós-graduação, sem financiamento de pesquisa, foi desenvolvido, em parceria com Tania Clemente de Sousa e a jornalista Luiza Helena Mariani, um jogo didático chamado *Biriba de Linguagem*. A fim de viabilizar comercialmente o *Biriba de linguagem*, abrimos comercialmente a editora Koenda.

A proposta lúdica e didática do *Biriba* visava auxiliar o domínio da variante mais prestigiada da língua, amenizando a difícil tarefa de colocar em prática o ensino sistemático da norma padrão. O *Biriba* é um baralho composto por 110 cartas nas quais se inscreve um pequeno léxico do Português adequado aos interesses infanto-juvenis. As diferentes classes lexicais foram organizadas em quatro grandes grupos: nomes, verbos, modificadores (adjetivos e advérbios), e um último grupo, composto por determinantes e conectivos (conjunções e preposições). Para distinguir tais grupos, na época resolvemos escolher símbolos oriundos de cultura indígena, mais especificamente, de pintura corporal

dos índios Caiapó. Esses símbolos substituem o que tradicionalmente se conhece como naipes do baralho tradicional. O *Biriba* apresenta, ainda, quatro coringas, cartas que funcionam como qualquer conectivo. Joga-se o *Biriba* como se joga Buraco, jogo com cartas em geral bastante conhecido por crianças, jovens e adultos. No caso específico do *Biriba*, a proposta é um jogo em duplas, de forma a fazer com que os parceiros possam construir frases conjuntamente. O pressuposto é que as duplas precisam mobilizar alguns conhecimentos, como, por exemplo, colocar as palavras em ordem lógica, ordená-las de acordo com a estruturação gramatical e assim por diante. No pequeno manual de instruções que acompanha a caixinha com as cartas, além da apresentação das regras do jogo, e da explicação de que o jogo favorece a sociabilização e a cooperação mútua, há uma série de sugestões de como, em aulas subsequentes, o professor pode utilizar o resultado do jogo para além do momento do jogo em si.

Fazer o *Biriba*, investir em uma patente, visitar escolas, lidar com os alunos e ouvir os professores apontaram para um caminho que sempre me interessou, embora não tenha desenvolvido muito um caráter mais aplicado da Linguística para o ensino de língua.

Entre 1987 e 1989, após passar em concurso público, tive uma passagem meteórica por duas escolas da rede municipal de ensino. E tive, também a oportunidade integrar um grupo de trabalho composto por professores de Língua Portuguesa que visava (junto com outros grupos ligados a outras disciplinas) a reforma curricular do ensino de Português, tal como era a proposta da Secretaria Municipal de Educação, sob a prefeitura de Saturnino Braga. Meu papel no grupo de trabalho era o de levar contribuições e ideias formuladas a partir do campo teórico da Análise do Discurso, como possíveis aspectos metodológicos inovadores e transformadores da prática docente. O resultado final do trabalhoso e bem intencionado projeto foi publicado no *Suplemento Especial do Diário Oficial* do Município do Rio de Janeiro, em 15 de junho de 1988, [anexo IV], mas jamais foi implementado. O prefeito Saturnino Braga não conseguiu se reeleger, saiu desacreditado de seu governo e as escolas públicas simplesmente descartaram o resultado de mais de dois anos de trabalho.

Finalmente, relato o terceiro projeto desenvolvido ainda nessa fase de formação na pós-graduação. Em 1988, logo após ter defendido minha dissertação de mestrado, Eni Orlandi me alertou para um programa nacional que o CNPq havia lançado em defesa de línguas indígenas em perigo de extinção. Entusiasmada, disse que queria muito me vincular ao programa não só em função do meu passado no Museu do Índio, mas sobretudo pela causa linguística que nele se colocava. Foi assim que procurei ajuda de Marília Facó, colega de UNICAMP, professora do Museu Nacional e especialista em línguas indígenas. Através de Marília conheci a linguista Charlotte Emmerich, que sugeriu o estudo da língua Poyanawa, na região da cidade de Mâncio Lima, Acre. Durante seis meses frequentei os arquivos do Museu Nacional para fazer o levantamento do que se tinha escrito sobre a história dos Poyanawa, fiz inúmeras e intensas aulas de fonética com Marília Facó Soares e treinamento específico sobre os protocolos de pesquisa em línguas indígenas. O estudo estava centrado no *Formulário dos vocabulários padrões para estudos comparativos preliminares nas línguas indígenas brasileiras* (1960, segunda edição), uma publicação *preprint* do Setor de Linguística do Museu Nacional. No final de janeiro de 1989, após a compra da passagem aérea, viajei para o Acre com a sobra dos poucos recursos concedidos pelo CNPq, (processo número 404081/1987-8, de 01/06/1988 a 31/05/1989) que não haviam sido devorados pela inflação desenfreada que havia na época.

A partir da experiência na aldeia indígena, pude de fato compreender que um pesquisador em trabalho de campo precisa saber muito bem a teoria, ser criativo e saber se virar. Eu já havia intuído esse aspecto da pesquisa de campo quando fui bolsista do projeto Censo da Variação Linguística, só que experiência indígena me proporcionou algo além, uma melhor compreensão das dificuldades imprevistas que afetam o trabalho do linguista, sobretudo quando se está na floresta amazônica, sem acesso a rádio, televisão ou telefone. (cf. anexo V).



## 4.2 Projetos realizados a partir da entrada na UFF, em 1992

A partir de outubro de 1992, tornei-me professora do quadro permanente de professores da Universidade Federal Fluminense. Havia feito o concurso em 1991, obtendo o segundo lugar para Linguística, no Instituto de Artes e Comunicação Social (IACS/UFF). A escolha do concurso de Linguística do IACS me parecia, na época, perfeitamente lógica. Afinal, eu já havia sido selecionada, no meio do ano, como professora substituta; poderia levar minhas pesquisas em Análise do Discurso para o curso de Comunicação Social; e, além disso, a Linguística ensinada no IACS comportava em sua ementa os estudos do Discurso. No entanto, o segundo lugar no concurso e a incerteza da abertura de outra vaga me fizeram perceber a importância em aceitar a proposta feita por duas chefias departamentais: o curso de Jornalismo me cederia para ocupar uma vaga ociosa no Departamento de Ciências da Linguagem, que, por não ter aprovado ninguém em concurso de Crítica Textual, necessitava de professor. Seguindo esse caminho, tornei-me professora do Departamento de Ciências da Linguagem da UFF, sem perder contato com o IACS. Durante alguns anos dei aulas de Crítica Textual, fazendo incursões por um campo cuja tradição filológica havia me interessado. Mais tarde, antes mesmo de concluir o doutorado em dezembro de 1996, fui transferida para o Setor de Linguística do mesmo Departamento de Ciências da Linguagem. Relato, a seguir, o conjunto de pesquisas que venho realizando como professora de Linguística do Departamento de Ciências da Linguagem. É bom mencionar que esse conjunto de projetos se inscreve em duas linhas de pesquisa do programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem: 1) Teorias do texto, do discurso e da interação; e 2) História, política e contato linguístico.

Entre 1996 e 1998, o *Núcleo de Estudos em Análise do Discurso* (NEAD), fundado interdisciplinarmente por mim e pelas profas. Lúcia Teixeira (Departamento de Ciências da Linguagem) e Claudia Roncarati (Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas), atuou visando romper as barreiras departamentais de forma a aglutinar e discutir vertentes teóricas de pesquisas sobre o discurso: a Análise do Discurso de Escola Francesa, a Semiótica e a



Análise do Discurso Americana. A temática geral do projeto era *Linguagem e políticas de exclusão* e, a partir de uma bibliografia comum, recortes temáticos foram feitos, dando origem a projetos de pesquisa específicos. Em agosto de 1997, o projeto passou a contar com recursos após a aprovação do pedido de três bolsas de iniciação científica (CNPq), o que deu maior consistência às atividades em curso. De minha parte, ao longo das atividades no NEAD, com essa temática, orientei um total de cinco alunos de graduação, sempre com bolsas de IC FAPERJ ou CNPq, sendo que um desses alunos fez mestrado em Análise do Discurso, e um outro tornou-se professor em universidade federal.

A partir de março de 2000, tornei-me bolsista de produtividade do CNPq (2C) com o projeto *Os sentidos da saúde: o discurso das colunas de consultório nos jornais cariocas*. Esse projeto visava, especificamente, a análise de três colunas de consultório psicanalítico publicadas em jornais cariocas: 1) a do psicanalista Eduardo Mascarenhas, intitulada *No Divã do Mascarenhas*, publicada entre 1983 e 1991, no jornal *Última Hora*; 2) a da sexóloga Regina Navarro Lins, intitulada *Conversando na varanda*, publicada no *Jornal do Brasil* entre 1998 e 2001, e 3) a do psicanalista Alberto Gondin, intitulada *Vida Íntima*, publicada em *O Globo*, entre 1998 e 2002. A hipótese formulada para a pesquisa apontava para a possibilidade de serem colocados em circulação sentidos previamente estabelecidos e socialmente instituídos, de forma a domesticar um circuito proposto no formato das colunas: quem pode ocupar o lugar de leitor-missivista de um jornal determinado, quais os 'temas' que podem sair do âmbito privado para o âmbito público, quem está autorizado a falar sobre esses temas e fornecer direções de sentido sobre o que seria um bem estar psíquico nos dias de hoje. São parâmetros que ratificam uma forma de ser, um subjetivismo vinculado a um individualismo, ou seja, reforçam a forma histórica de existência das práticas subjetivas do capitalismo. Considerado apenas em uma individualidade bio-psico-social, submetido ao império da razão e da consciência, a esse leitor-missivista só restaria assujeitar-se aos processos normativizadores de individualização promovidos pelo Estado, institucionalizados jurídica e pedagogicamente, e difundidos pela mídia como lugar de divulgação de sentidos logicamente estabilizados.

A fim de introduzir e desenvolver os objetivos, hipóteses e questões teóricas mencionadas acima e, desta forma, melhor apresentar a análise efetuada, destaco os pontos que foram abordados no desenvolvimento do projeto a partir da ótica da Análise do Discurso: inconsciente e ideologia na constituição da subjetividade; a questão dos aparelhos de Estado em sua relação com a subjetividade e a subjetividade enquanto manifestação de singularidades e diferenças; o lugar da coluna de consultório no discurso jornalístico; de que sujeito se trata nas colunas de consultório e a homogeneização da posição do sujeito-leitor e do sujeito-autor dessas colunas.

Para além dos avanços teóricos e para além da análise proposta por esse projeto, que produziu efeitos em dissertações e teses escritas por graduandos e pós-graduandos sob minha orientação, talvez o resultado mais relevante em termos de minha formação profissional na época desse primeiro projeto com bolsa de produtividade tenha sido o do início de um estudo sistemático da Psicanálise a partir do contato com a Escola Lacaniana de Psicanálise do Rio de Janeiro. A longínqua descoberta, ainda na graduação, de uma teoria de linguagem que propunha uma articulação com a noção de sujeito do inconsciente tornou-se mais um desafio a ser vencido: apreender, adequadamente, a vasta obra de Freud e Lacan. Atualmente faço parte de grupos de leitura em Psicanálise, tenho participado de congressos da área, apresentando trabalhos, ou como debatedora convidada. Esse contato mais estreito com a Psicanálise de Jacques Lacan, em sua releitura de Sigmund Freud, ainda hoje se inscreve em muitos de meus projetos de pesquisa e nas análises realizadas. A leitura, sempre inacabada, do vasto campo aberto por Freud e Lacan, sobretudo no que eles deslocam nos domínios linguísticos estabelecidos, me permitiu melhor compreender a complexidade do pensamento de Michel Pêcheux bem como a especificidade da Análise do Discurso por ele proposta. Especificidade essa mais do que nunca relevante nos dias de hoje, considerando-se a multiplicação de grupos que trabalham sob o signo 'discurso'.

Outro resultado importante desse projeto: a finalização do doutorado de Maria Claudia Gonçalves Maia (2006), que discutiu a interface Análise do Discurso/Psicanálise tendo como objeto de análise relatórios institucionais sobre

menores infratores. A tese de Maria Claudia foi a primeira que orientei nesse terreno de areias movediças aberto pelas relações, nem sempre possíveis, entre Análise do Discurso e Psicanálise. Desde então, outros psicanalistas têm procurado orientação comigo na UFF, aproximando-se da Linguística e da Análise do Discurso. Já escrevi em alguns artigos e sempre repito em minhas aulas que não cabe ao analista de discurso colocar o sujeito no divã, ou seja, deve-se evitar seja um aplicacionismo de conceitos psicanalíticos nas análises discursivas, seja um reducionismo ou uma simplificação do que Freud e Lacan formularam a partir de sua escuta clínica. O projeto em tela sofreu uma breve interrupção em função de um pós-doutorado realizado entre 2001-2002, sendo retomado com a bolsa de produtividade e finalizado em 2002. Os resultados desse projeto foram apresentados em congressos, além da publicação de artigos.

Resultados de pesquisa:

#### QUADRO 5: DISCURSOS DE CONSULTÓRIOS

MARIANI, B. Discursos de colunas de consultório e subjetividade. *Comunicação & informação*. UFG, v. 07, p. 13 a 23.

MARIANI, B. Subjetividade e imaginário linguístico. *Linguagem em (Dis)curso*. V. 3, 2003, p. 55 a 72.

MARIANI, B. Sentidos de subjetividade: imprensa e psicanálise. *Polifonia*, UFMT, v. 12, 2006, p. 21 a 31.

Por outra via, com a já relatada pesquisa sobre os tratados ortográficos, realizada ainda durante o mestrado, um novo campo de leituras e questionamentos fascinantes também havia sido aberto com os trabalhos em História das Ideias Linguísticas. Esse novo campo fomentou o pós-doutorado e dois projetos de produtividade, como relatarei a seguir.

Posso dizer que descobri os acadêmicos que pertenciam às Academias Literárias do Século XVIII, o Marquês de Pombal e o Visconde da Pedra Branca, dentre tantos literatos, eruditos e políticos que discutiram as línguas no Brasil entre os séculos XVII e XVIII, lendo Celso Cunha, Gladstone Chaves de Mello e Antonio Houaiss, dentre outros brilhantes filólogos e gramáticos que tanto escreveram sobre a história da Língua Portuguesa no Brasil, a partir do século XIX. As discussões e polêmicas políticas em torno da questão linguística,

sobretudo no período colonial, abriram um vasto campo de questões interessantes não apenas para a História das Ideias Linguísticas mas também para Análise do Discurso, em sua visada particular de análise dos processos de produção de sentidos. Lendo sobre o processo de constituição do português como língua nacional no Brasil entre os séculos XVI e XIX, pude melhor compreender o funcionamento social de um Estado que se constituía.

Bastante motivada por estas questões sobre as línguas no Brasil no período colonial, formulei um dos pontos centrais do projeto de pós-doutoramento *A língua como questão política e religiosa no século XVIII: Brasil e Estados Unidos*, projeto realizado entre 2001/2002, com financiamento do CNPq (processo no. 200748/00-9, modalidade PDE), para ser desenvolvido na Universidade de Stanford, sob a supervisão de Hans Ulrich Gumbrecht.

O projeto tinha como tarefa apresentar e situar a singularidade da imposição e institucionalização oficial da língua portuguesa no Brasil frente ao domínio da língua brasileira existente entre os séculos XVI e XVIII. Para realizar tal tarefa, foram considerados como pressupostos de análise dois processos históricos interligados no que diz respeito às relações entre a metrópole portuguesa, os habitantes do novo mundo e as línguas na construção da ordem social: a colonização com catequese e a gramatização da língua tupi. Em ambos, destaca-se a importância dos missionários jesuítas em seu empenho de conhecer as línguas e os costumes indígenas para melhor efetuar a evangelização. O embasamento teórico estava situado em dois campos fortemente entrelaçados: o da História das Ideias Linguísticas e o da Análise do Discurso. Minha atenção estava direcionada para o fato de que a produção de dicionários e gramáticas sobre as línguas indígenas, sobretudo o tupi, encontra-se inserida em uma “revolução tecno-linguística” que, a partir do Renascimento europeu, tanto organizou uma produção maciça de gramáticas e de dicionários monolíngues para as línguas neolatinas, quanto proporcionou a ‘tecnologia’ necessária para a descrição das línguas do novo mundo. Uma gramática, desse ponto de vista, não corresponde a uma mera descrição das línguas naturais. De acordo com Aurox, “por gramatização deve-se entender o processo que conduz a descrever e a instrumentalizar uma língua na base de duas tecnologias, que

são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário.” (1992: 32)

Discursivamente, como hipótese de trabalho, tinha como pressuposto que, numa situação histórica de contato entre duas ou mais línguas, em um período em que ambas convivem e, ao mesmo tempo, podem estar disputando espaços de comunicação – como a situação da afirmação dos vernáculos frente ao latim ao longo da Idade Média ou numa situação de colonização, como a do Brasil –, o elemento que entra em jogo é uma disputa entre as políticas de sentidos das línguas, ou seja, entre diferentes produções de sentidos e de práticas sócio-históricas que se encontram indissociavelmente ligadas em cada língua específica. Este convívio-confronto que se realiza nas línguas, materializa-se trazendo consigo diferentes Histórias com diferentes interesses. Discutir políticas linguísticas, ou políticas de línguas, como denominamos no projeto História das Ideias Linguísticas, era fundamental nesse projeto.

Uma política linguística emerge como tentativa de organização das práticas de linguagem e das forças sociais que se encontram em jogo. Há um caráter técnico, restritivo e regulador pressuposto na formulação de políticas linguísticas. Trata-se de um conceito recente – política linguística tal como a sociolinguística concebe – cuja ênfase incide na observação da natureza do contato pelo ângulo intercultural e que considera os processos históricos como pano de fundo em que ocorre a questão linguística.

Trazendo para a reflexão a hipótese de trabalho mencionada anteriormente, eu afirmava que uma finalidade não dita, porém posta em execução em uma política linguística, é a regulação dos sentidos e das Histórias que estão circulando. Em nome da política linguística e em nome da planificação linguística estabelecida como complemento para que tal política seja bem sucedida ou, em outras palavras, para que passe a existir unidade, clareza e entendimento na comunicação, tenta-se apagar, justamente, a política de sentidos das línguas ou, pelo menos, a política de sentidos de uma das línguas em contato. A formulação e execução de uma dada política linguística, no entanto, não garante nem impede a circulação dos sentidos. Tematizar períodos de colonização, com suas políticas implícitas ou explícitas, é situar-se para refletir

no interior de uma complexa e contraditória relação entre homogeneidade imposta e heterogeneidade de fato, entre uma desejada unidade imaginária em uma diversidade concreta. A análise de uma política linguística permite observar o resultado material das relações históricas entre as línguas e suas políticas, sendo necessário, para tanto, depreender as formas de dominação e controle linguísticos, por um lado, e as formas de resistência e migração de sentidos, por outro.

Foi através dessas reflexões que cheguei à formulação conceitual do que chamei de *colonização linguística*. Em outras palavras, um dos aspectos que considero mais relevantes desse trabalho foi produzir uma teorização em torno da assim nomeada colonização linguística. A colonização linguística é da ordem de um acontecimento discursivo, produz modificações em sistemas linguísticos que vinham se constituindo em separado, ou ainda, provoca reorganizações no funcionamento linguístico das línguas e rupturas em processos semânticos estabilizados. Colonização linguística resulta de um processo histórico de encontro entre pelo menos dois imaginários linguísticos constitutivos de povos culturalmente distintos “línguas com memórias, histórias e políticas de sentidos desiguais”, em condições de produção tais que uma dessas línguas “chamada de língua colonizadora” visa impor-se sobre a(s) outra(s), colonizada(s). Os efeitos decorrentes desse processo de colonização linguística, porém, não são sempre os mesmos nem não são previsíveis; basta que se observem comparativamente as trajetórias das diferentes línguas indígenas, do inglês, do francês e do espanhol nas Américas.

O que está em jogo na colonização linguística e na institucionalização do português no território brasileiro nem é tanto, ou apenas, essa diversidade de línguas e falares em termos tecnicamente linguísticos, mas sim uma heterogeneidade linguística que será parte integrante do que no século XIX vai ser chamado de língua brasileira por alguns políticos e literatos. Ou seja, o português que se passou a falar aqui traz uma memória europeia, mas historicizou-se de modo diferente em função do contato com as demais línguas e em função da própria formação histórico-social e posterior transformação política da colônia em nação independente. Os efeitos ideológicos da colonização materializam-se em consonância com um processo de colonização linguística,



que supõe a imposição de ideias linguísticas vigentes na metrópole e um imaginário colonizador enlaçando língua e nação em um projeto único. É com uma imagem de coletividade política nacional, defensora da expansão do catolicismo, e associada a um imaginário de unidade do português como língua de Estado e, que os portugueses se lançam através do Atlântico.

A colonização linguística engendrada pela metrópole portuguesa é construída em torno de uma ideologia do *déficit* que, ao mesmo tempo, é tanto já existente e prévia ao contato propriamente dito quanto serve para legitimar a forma como a dominação se processa. Assim, desde a *Carta* de Pero Vaz de Caminha e as primeiras descrições feitas por Anchieta, Gândavo, Fernão Cardim e Ambrósio Brandão, entre outros, constata-se e comprova-se linguisticamente um sentido para a falta que já se presumia encontrar: o *F*, o *R* e o *L* inexistem na língua indígena e materializam a ausência *de um poder religioso, de um poder real central e de uma administração jurídica*. Deste modo, as línguas são objeto de observações linguísticas e, simultaneamente, o processo de descrevê-las reifica uma certa imagem linguístico-cultural pré-construída.

O relatório enviado ao CNPq como resultado desse pós-doutoramento foi publicado na forma de livro, sendo que ao longo dos anos, essa pesquisa seguiu sendo apresentada, publicada, discutida em artigos e capítulos. No quadro a seguir, sintetizo os principais textos a ela vinculados, sendo um publicado em espanhol, na editora EUDEBA, e dois outros pela John Benjamins Publishing Company, sendo um em francês e um em inglês.

#### QUADRO 6: DESDOBRAMENTOS DO PÓS-DOCTORADO

MARIANI, B. *Colonização linguística. Brasil (séculos XVI a XVIII) e Estados Unidos da América (século XVIII)*. Campinas: Pontes Editores, 2004, p.187.

MARIANI, B. Linguistic ideas and the discourse about languages in early Brazilian history. Em GUIMARÃES, E. E BARROS, D.L.P. (eds). *History of linguistics 2002. Selected papers from the ninth international conference on the history of the language sciences*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2007.

MARIANI, B. El estado y la iglesia en la cuestión de la lengua hablada en Brasil. Em ARNOUX, E. (org.) *El pensamiento ilustrado y el lenguaje*. Buenos Aires: EUDEBA, 2003, p. 17 a 46.

MARIANI, B. L'état, l'église et la question de la langue parlée au Brésil. Em AUROUX, S. (éditeur) *History of linguistics 1999. Selected papers from the eight International Conference on the History of the Language Sciences*. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2003, p. 185 a 195.

MARIANI, B. A institucionalização da língua, história e cidadania no Brasil do século XVIII: o papel das Academias Literárias e da política do Marquês de Pombal. Em ORLANDI, E. e GUIMARÃES, G. (orgs) *História das ideias linguísticas: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional*. Campinas, Cáceres: Pontes & UNEMAT Editora, 2001, p. 107 a 120.

O outro resultado desse pós-doutorado é intangível. Refiro-me à experiência de ter estudado em uma universidade de ponta em um país de primeiro mundo. E dessa experiência, destaco, minimamente, o tópico biblioteca universitária. Com suas bibliotecas que funcionavam a semana inteira, fechando apenas nas noites de domingo, com a possibilidade de buscar os livros para retirá-los das prateleiras, com computadores e impressoras espalhados pelos diferentes setores das bibliotecas, Stanford foi uma experiência com pesquisa de arquivo única. O imenso acervo ali reunido sobre Brasil me permitiu realizar uma pesquisa que, no Rio de Janeiro, me fazia peregrinar, com dúvidas e frustrações, entre o Arquivo Nacional, a biblioteca do IHGB e a Biblioteca Nacional. Ao voltar para o Brasil, ainda hoje me vejo perplexa sobretudo diante de nossas bibliotecas universitárias, sempre com acervo defasado e com pouco investimento pelo poder público. Anualmente fazemos listas de livros a serem comprados, mas nunca sabemos se de fato eles foram adquiridos. Ouvimos histórias bizarras de como o pouco acervo existente vai sendo dilapidado, roubado ou destruído. Em sala de aula, quando meus alunos se queixam da quantidade de leituras, digo a eles que devem reclamar da falta de livros na biblioteca, e não do volume de textos “xerocados” colocados em uma pasta para serem copiados.

De volta ao Brasil, em 2002, enviei dois relatórios ao CNPq: um sobre o trabalho em Stanford, como já mencionei, e outro sobre os 10 meses de pesquisa da bolsa de produtividade (2000/2001) para renovar e finalizar o projeto *Os sentidos da saúde* (2000 a 2005).



Em 2004, com Vanise Gomes de Medeiros, propus ao CNPq, para obtenção de uma bolsa PIBIC, o projeto *A língua como questão política e a questão da política linguístico-cultural: o governo JK e os congressos sobre a língua falada no Brasil*. Esse projeto tematizava especificamente o nacionalismo do governo JK como referência histórica. Pretendia-se investigar as motivações e repercussões, em termos da organização de uma política linguística, de dois importantes censos linguísticos realizados em 1940 e 1950. Pretendia-se, também, observar as possíveis repercussões dos dois censos nos jornais cariocas e nas discussões efetuadas na Academia Brasileira de Letras. O resultado dessa pesquisa acabou propiciando a organização conjunta de um livro composto por vários artigos tematizando apenas o período JK.

#### QUADRO 7: A LÍNGUA COMO QUESTÃO POLÍTICA

MARIANI, B. e MEDEIROS, V. *Ideias linguísticas: formulação e circulação no período JK*. Campinas: Pontes Editora & FAPERJ, 2010.

MARIANI, B. Unidade idealizada na variedade concreta: censos linguísticos, congressos sobre a língua falada e normas de pronúncia da língua padrão. Em MARIANI, B. e MEDEIROS, V. *Ideias linguísticas: formulação e circulação no período JK*. Campinas: Pontes Editora & FAPERJ, 2010.

MARIANI, B. e MEDEIROS, V. Que sentidos de língua nacional para uma nação marcada pelo enunciado “cinquenta anos em cinco”? Em MARIANI, B. e MEDEIROS, V. *Ideias linguísticas: formulação e circulação no período JK*. Campinas: Pontes Editora & FAPERJ, 2010.

MARIANI, B. MEDEIROS, V. Notícias de duas pesquisas: ideias linguísticas e o governo JK. *Revista Veredas (UFJF)*. V. 1/2007, p. 66 a 85. MARIANI, B. e MEDEIROS, V. Notícias de duas pesquisas: ideias linguísticas e o governo JK. *Desenredo (PPGL/UPF)*, 2005, p. 23 a 34.

No final de 2005, ao entrar com novo pedido no CNPq, procurei retomar o que havia trabalhado no pós-doutorado para seguir adiante e desenvolver mais. Esse projeto deu origem à bolsa de produtividade concedida para o triênio 2005-2008. O projeto *Por uma história da política linguística portuguesa. Línguas e formação dos estados nacionais do passado ao presente* (processo CNPq número 302821/2004-0) tinha como interesse principal mapear a política linguística portuguesa e analisar os deslocamentos de sentidos da língua

portuguesa como objeto simbólico, nessa sua trajetória através dos continentes. Para discutir o que esse projeto propunha, o objetivo geral era acompanhar a trajetória e os deslocamentos dos sentidos da língua portuguesa fazendo uma comparação da colonização linguística ocorrida no Brasil com a promovida em outros territórios colonizados por portugueses. Dado que essas colônias são numerosas – Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau, Cabo Verde e Timor Leste –, o objetivo era circunscrever a pesquisa, num primeiro momento, apenas à colonização das regiões hoje denominadas como Angola e Moçambique. A pergunta que norteava a pesquisa partia da constatação de um incessante retorno de dois campos de discursos produzidos sobre a língua falada no Brasil, compreendida como objeto simbólico. O primeiro campo discursivo dizia respeito a problematizações políticas e acadêmicas sobre questões linguísticas, tais como o estabelecimento ou não de novas regras ortográficas, a entrada ou não do Brasil na CPLP, a ênfase no ensino de português como política para o MERCOSUL, políticas de protecionismo linguístico frente à presença da língua inglês *etc.* O outro campo de discursos que chamavam a atenção estava ligado à permanência de um certo imaginário carregado de enunciados preconceituosos sobre a maneira como o brasileiro fala sua língua e a presença de colunas para tirar dúvidas gramaticais. Esses discursos, em seu conjunto, levaram à formulação de uma pergunta norteadora do projeto: a presença dessa discursividade não seria sintoma do fato de que sofreremos os efeitos de um ainda irrealizado e irrepresentável nacionalismo linguístico? A suposição central era a de que a busca de identidade para a (inatingível) língua nacional permanecia como alvo de projeções políticas e acadêmico-literárias que, ao sabor dos domínios de saber historicamente constituídos, determinavam o que pode e deve ser dito, resvalando para diferentes sentidos do “politicamente correto” da vez.

Foi a partir dessas reflexões e questões iniciais que, com as análises realizadas, pude afirmar que o que estava em jogo eram projeções que, tomando a língua como objeto simbólico da nação, dão consistência à língua nacional de acordo com predicacões que a qualificam “sendo isso ou aquilo” ou que a caracterizam como “tendo isso ou aquilo”. Enquanto políticos e certos grupos

de acadêmicos tentam qualificar essa língua nacional, no cotidiano discursivo dos efeitos de sentidos, convivem fatos linguísticos complexos e contraditórios que trazem, simultaneamente, uma memória histórica da heterogeneidade linguística constitutiva do português brasileiro, e um multilinguismo de fato, modificando e singularizando o modo do brasileiro falar sua língua.

Por isso, a cada movimento político em direção a uma predicação a ser atribuída à Língua Portuguesa, em geral, e, especificamente, à Língua Portuguesa falada no Brasil, movimentos que, na tentativa de representar, homogeneizar e fixar uma identidade, incluem discursos de idealização e de interdição – o que a língua nacional não pode *ser*, sob o risco de não *ter* a desejada unidade ou não conseguir expressar uma língua brasileira ou um português-brasileiro com um almejado prestígio internacional –, pontos de um impossível retornam, afinal, “tudo não pode ser dito” e uma língua, qualquer língua, tem um “núcleo que suporta sua unicidade e sua distinção (...) o não idêntico a si (...) onde todo falante, como tal, se coloca.” (Milner, 1987, p. 12).

Com a realização desse projeto (triênio 2005-2008), discuti muito os sentidos de língua de colonização, língua indígena e língua nacional tendo em vista, a partir dos princípios teóricos do campo de trabalho da História das Ideias Linguísticas em sua articulação com a Análise do Discurso, a conceituação de língua como objeto simbólico. Também passei a discutir as relações de difícil resolução entre sistemas econômicos e as línguas em países multilíngues. Cheguei a apresentar o trabalho resultante dessa reflexão na Faculdade de Economia da UFF, quando tive a oportunidade de sensibilizar os economistas ali presentes para a dificuldade em se atribuir às línguas naturais o sentido de “variável econômica”.

Foi a partir deste campo de reflexões que dei início ao projeto seguinte com o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre o nacionalismo linguístico e sua relação com a constituição do sujeito nacional a partir do século XIX. Em suma, sem a pretensão em dar respostas definitivas, gostaria de chamar a atenção para um equívoco de atribuição de onipotência à política pombalina em relação ao Brasil. Falar e aprender o português no Brasil do século XVIII não tem paralelo ou correspondência com o que ocorre em Portugal: a língua

portuguesa no Brasil já vinha se historicizando diferentemente. Por outro lado, as elites portuguesas e brasileiras, nos séculos XIX e XX, fixaram um imaginário de língua portuguesa pelo trabalho pedagógico nas escolas de alfabetização e ensino regular de gramática, com o estabelecimento das tipografias, com o surgimento da imprensa, com a construção da Biblioteca Nacional, com a publicação de livros, gramáticas e dicionários, além das perenes discussões sobre as normas ortográficas. Todo esse enorme trabalho sobre a língua contribuiu para a naturalização de que no Brasil se fala o Português, a língua oficial da cidadania brasileira, enquanto um legado de Portugal. No quadro a seguir, apresento os principais resultados relativos a esse projeto.

#### QUADRO 8: SENTIDOS DE LÍNGUA

MARIANI, B. Língua nacional e pontos de subjetivação. *Revista do GEL*. V. 01. Araraquara, 2008, p. Xxxviii a xxxix

MARIANI, B. Quanto vale uma língua? O apagamento do político nas relações econômicas e linguísticas. *Revista Encontros de Vista*. Online. V. 02, 2008.

MARIANI, B. E JOBIM, J.L. *National language and post-colonial literature in Brasil*. *Revista da ANPOLL*. v. 20, 2006, p. 11 a 22.

Mariani, B. A língua como questão nos primórdios da história da colonização africana: a Crônica da Guiné, de G. Azurara. *Gragoatá (UFF)*. V. 19, 2005, p. 177 a 192.

MARIANI, B. Quanto vale uma língua? Custo e benefício político nas relações econômicas e linguísticas. Em SANTOS, A.C. dos; ALMEIDA, C., (orgs) *Relações literárias internacionais II. Intersecções e fricções entre fonias*. Niterói: EDUFF & De Letras UERJ, 2008, p. 193 a 205.

MARIANI, B. e JOBIM, J.L. A questão da língua nacional e a literatura pós-colonial no Brasil. Em PONTES Jr., G., ALMEIDA, C. (orgs) *Relações literárias internacionais. Lusofonia e francofonia*. Rio de Janeiro: De Letras UERJ, 2007, p. 40 a 61.

Considerando os resultados obtidos com a pesquisa, enviei ao CNPq, para o triênio 2008-2011, o projeto *Nacionalismo linguístico e historicidade: a construção do sujeito nacional* (processo número 500958/2008-4).

Os objetivos propostos para o triênio eram fundamentalmente três: o exame do conceito de sujeito no âmbito da teoria do discurso, o que envolvia leituras em psicanálise e no materialismo histórico; o exame do conceito de

sujeito nacional e língua nacional; o exame de uma possível conceituação de sujeito transnacional e língua transnacional. Como me situo na articulação entre a Análise do Discurso e a História das Ideias Linguísticas, compreendo a língua como objeto simbólico e trabalho com a proposta de que a linguagem engendra e é engendrada por acontecimentos de natureza sócio-histórica. Quando nos colocamos nesse ponto de vista, não ficamos restritos a pensar na linguagem apenas como um meio de comunicação ou de expressão de ideias. Como já dissemos anteriormente, interessa compreender o funcionamento da linguagem articulado e constituído pelo sócio-histórico, ou seja, como modo de produção de sentidos e instauração de diferenças entre sujeitos e entre nações. Consequentemente, é possível pensar na imbricação do político no linguístico, na medida em que o político faz parte do modo como as instâncias de poder disputam as práticas simbólicas internas em uma dada sociedade, tentando gerenciar a produção dos sentidos.

Se, conforme discuti em artigo publicado (Mariani, 2008), as línguas passam a ser pensadas como uma variável econômica, seja por linguistas, seja por economistas, isso permite tomá-las como objeto de planejamentos e decisões, um elemento a mais em cenários econômicos reais ou projetados, com custos e benefícios a serem calculados. Quais as implicações políticas, quais as consequências ideológicas em tomar as línguas como variável econômica? Falar sobre política de línguas tomando a diversidade, a desigualdade e a diferença é tomar uma posição teórica bastante indicativa de uma preocupação: as línguas e os sujeitos que as falam estão imbricados nessa diversidade, desigualdade e diferença, mas o funcionamento da diversidade, da desigualdade e da diferença nem sempre está visível no todo social e histórico para esse sujeito ao tomar a palavra. Em termos da Análise do Discurso, tomar a palavra é inscrever-se no funcionamento sócio-histórico, nos processos de produção de sentidos que circulam sobre as línguas e sobre os sujeitos, e cuja memória, no jogo paradoxal do lembrar-e-esquecer, nem sempre está presente de modo perceptível.

Com relação à questão do preconceito linguístico, tomei como base para iniciar as reflexões os comentários negativos e pejorativos que falantes do

português brasileiro muitas vezes fazem sobre sua própria performance ao falar a língua nacional. Desde as pesquisas na Rocinha já relatadas aqui, esses comentários sempre chamaram minha atenção, pois mesclam, de modo simultâneo, um absurdo e uma evidência. Trata-se de um absurdo porque podemos nos perguntar como é possível alguém dizer que não sabe falar sua própria língua materna. E como é possível que isso se mostre para o sujeito como uma verdade, uma evidência sobre si mesmo? Em outras palavras, como é possível que alguém diga que mal fala, ou que fala mal sua língua materna, que é também a língua nacional? Nesses enunciados não está em jogo uma autoimagem de quem fala? Em outras palavras, se com a subjetivação, tal como a compreendemos – como processo de entrada do *infans* na linguagem e, conseqüentemente, na cultura de sua época – se constituem as identificações, é importante questionarmos o quanto o sujeito que expressa um preconceito em relação a si próprio não se sente identificado com sua língua materna enquanto língua nacional.

Ou melhor, não estaria em jogo uma não identificação entre o sujeito que diz não saber falar sua própria língua e a língua portuguesa? Esses enunciados são sintoma de quê? É possível sinalizar, de qualquer maneira, uma relação vacilante entre sujeito e língua materna que se manifesta na forma de um preconceito que o sujeito identifica em relação a si próprio. E mais, não se pode esquecer que na sociedade capitalista, a organização dos valores, dos bens culturais, é distribuída desigualmente e, nesse sentido, o preconceito linguístico, de modo geral, está integrado nesse funcionamento social geral e “é regido por relações de poder, simbolizadas” (Orlandi, 2002, p. 198).

Por fim, o terceiro grande objetivo do projeto, relacionado às questões entre Linguística, Economia e História, me levou à concretização de uma viagem de pesquisa para Moçambique: fiquei em Maputo durante uma semana, em Março de 2010, quando consegui fazer o levantamento de um material de arquivo inédito e extremamente relevante, relativo ao momento revolucionário em Moçambique e a questão da língua nacional. No Brasil, como preparação para essa viagem, fiz contato com as professoras Rita Chaves (USP) e Laura Padilha (UFF), que indicaram bibliografia a ser lida e abriram portas para contatos com



os colegas moçambicanos. Estabeleci contato com o historiador Antonio Sopa, diretor do Arquivo Histórico, com Matheus Ângelo, responsável pela direção da biblioteca da Embaixada de Portugal, e, também, com o professor e sociólogo José Luiz Cabaço, que narrou histórias sobre os primeiros anos após revolução. A partir desses ricos contatos somados ao material que trouxemos, produzi vários artigos e em cada artigo mobilizei uma diferente parte desse vasto material de pesquisa. Destaco, a seguir, alguns resultados desse campo de observação língua-revolução, tendo em vista, sobretudo, o caso de Moçambique.

Do passado colonial aos dias de hoje, o que se marca e o que se silencia como memória na formação linguística das nações africanas colonizadas pelo império português? Em que medida o estudo dos encontros e confrontos do início do processo de colonização linguística contribui no esclarecimento da formação sócio-linguístico-cultural dessas nações? Essas foram as perguntas iniciais das pesquisas que me levaram em direção ao continente africano e que me fizeram buscar, em seguida, o período revolucionário, como momento histórico em que, de forma muito tensa, língua e história agudizam suas relações de constituição mútua.

Esse ponto em que história e língua se tocam e se afastam, materializando e dando visibilidade às contradições do período revolucionário, é também o ponto em que o impossível do legislar sobre tudo e o irrealizado do tudo dizer de determinada forma se marcam nos planejamentos administrativo-linguísticos que não funcionam, expressando com a incompreensão das ordens, com os lapsos e com os jogos metafóricos o abismo entre o passado feudal cristão do colonizador e uma nova forma de organização social, e, nessa nova formação social, o abismo entre as classes dirigentes e as massas.

Nas lutas revolucionárias do século XX, em que se chocam as forças da resistência colonial em oposição às forças da metrópole, por outro lado, a passagem pela necessidade de reescritura de um passado colonial linguístico aponta justamente para um irrealizado do presente que visa apontar para promessas de um futuro outro. Nessa reescritura, se narrativiza um impossível de se saber como teria sido, mas que se tivesse sido de outra maneira talvez a história tivesse sido outra. Para constituir o homem novo, para construir uma

nova sociedade, a escrita do futuro se conjuga com as formas verbais em que o hipotético traz o passado irrealizado. Essa foi a situação de Moçambique, conforme discuti em vários artigos (Mariani, 2004, 2005, 2008 e 2011). Em sua reflexão sobre o movimento revolucionário da FRELIMO, Muiuane (2006) retoma a história da colonização linguística portuguesa, submetida e articulada ao movimento colonialista europeu como um todo. Para o autor, a política de separação tribal, que foi reforçada com a partilha da África pelas potências europeias nas últimas décadas do século XIX, produziu uma ruptura que teria impedido um processo “natural” de fusão dos diferentes grupos étnicos e linguísticos, principalmente porque, apesar das diferenças culturais, todos pertencem “à mesma família linguística Banto, caracterizada pela mesma forma gramatical, mesma origem de palavras, mesma estrutura de frases e Períodos. (...) se o colonialismo não tivesse imposto uma separação geográfica forçada o processo natural de assimilação social e cultural que se operava em toda a África Austral teria determinado que, depois de alguns séculos, as diferentes etnias se tivessem fundido numa só gente.” (Muiuane, 2006, p. 81 e 82)

Nessa descrição dos distintos momentos históricos que formaram o que hoje chamamos de Estado Moçambicano, depreende-se o recontar a história sob a ótica do africano revolucionário, que traz os sentidos de um passado irrealizado, e apresenta possibilidades históricas de sentidos outros, caso não tivesse ocorrido a colonização, de uma maneira geral, e a colonização linguística, especificamente. Os revolucionários optaram por fazer a revolução em português, ou seja, com a língua do colonizador, pois se viam impossibilitados de eleger uma das inúmeras línguas banto como língua comum para a revolução. Deste modo, o sentido de língua portuguesa desliza de língua da colonização para língua da revolução.

Sob a direção e comando da Frente de Libertação de Moçambique – FRELIMO –, fundada em 1962, o processo revolucionário que levou Moçambique à independência estruturou-se, a partir de 1964, sob a forma da Luta Armada de Libertação Nacional, abrindo caminho para a concretização da independência moçambicana em 1975. A descolonização de Moçambique, portanto, principalmente nesses anos iniciais, buscava, por exemplo, romper



com modelos agrários anteriores e introduzir elementos técnicos que permitiriam uma autossuficiência econômica. A descolonização linguística, por sua vez, se processou sem visar o rompimento com o passado linguístico tribal. A língua portuguesa foi escolhida como língua oficial por ter um alcance internacional, qualidade que as línguas autóctones não possuíam. Em alguns revolucionários, depreende-se o estabelecimento de um estreito vínculo entre língua e revolução, e, em nome de um futuro, percebe-se o desenho de uma política linguística em gestação que apoia o uso do Português – ou uma necessária lusofonização, para “ganhar acesso a todo mundo exterior técnico e cultural” –, um uso do português sem perder de vista o plurilinguismo. Nesse contexto argumentativo, que compreende uma espécie de ponto de convergência entre a língua europeia e as línguas autóctones, surge a possibilidade de uma *nova linguagem*, um novo português em função das comunidades bilíngues. Esse novo português, o português resultante do processo revolucionário, era chamado de *português moçambicanizado*. A valorização, com a revolução, dessa língua portuguesa moçambicanizada fazia frente ao modo pejorativo como era designada anteriormente: o *pretoguês*.

O que esses conflitos sobre a Língua Portuguesa em Moçambique trazem de importante, do meu ponto de vista, é a constatação do trabalho da língua, um trabalho que se realiza a despeito de ou na contramão de uma política de colonização linguística, mesmo se esta política foi ineficiente, como foi o caso de Portugal em Moçambique. Em outras palavras, os processos de mudança linguística nos modos de significar da língua de colonização entram em curso não apenas em função do contato entre línguas diferentes, mas também em decorrência da inevitável historicização da língua em outro território. Ou seja, há uma movimentação histórica e linguística que impede que se reconheça antecipadamente algum desfecho para os processos (mesmo ineficientes) de dominação linguística colonial. Uma interpenetração linguística e histórica ocorre entre colonizados e colonizadores, entre dirigentes e dirigidos, entre classes, entre histórias e memórias distintas. Assim, fosse a ausência de uma política linguística mais eficaz nos primeiros séculos de ocupação do território moçambicano, fosse a imposição de uma ideologia assimilacionista que

pretensamente pretendia proporcionar o estudo do português, mas que excluía exatamente pelo não conhecimento da língua, a Língua Portuguesa foi sendo historicizada em Moçambique, e foi se transformando pelo simples acontecimento de ter sido transplantada para outro território. Porém, isso não foi suficiente para que, em função de um decreto governamental, a Língua Portuguesa de fato passasse a ser a língua oficial do Estado moçambicano.

Em síntese, a intervenção do Estado na regulamentação dos modos como os moçambicanos se relacionam com as línguas em circulação não apaga o modo próprio como as elites e o povo significam estas línguas. Não apaga, principalmente, o modo como os moçambicanos em geral significam estas línguas em função da memória que constitui essas mesmas línguas. A necessidade de construir uma unidade para o Estado-nação traz um pressuposto histórico incontornável: a estruturação política e social que se organizou no pós-guerra revolucionária de independência, em nome da entrada em uma modernidade técnica e, também em uma sociedade nova, mais fraterna e mais justa, propôs uma ocidentalização muito rapidamente, e pouco considerou a memória da ancestralidade cultural incrustada nas línguas autóctones.

Apresento, a seguir, um quadro com os principais livros e artigos publicados sobre os projetos financiados pelo CNPq para as duas bolsas de produtividade em pesquisa voltadas para política linguística e nacionalismo linguístico. Incluo, aqui, a organização da revista *Gragoatá*, que mesmo não diretamente ligada às bolsas, a elas responde uma vez que inclui trabalhos tanto em História das Ideias Linguísticas quanto em Análise do Discurso. Por fim, destaco que, essas pesquisas, em seu conjunto, me levaram a Moçambique e a publicar um artigo na *Portuguese Literay & Cultural Studies*.

## QUADRO 9: POLÍTICAS DE LÍNGUAS

- MARIANI, B. MEDEIROS, V. (orgs.) *Revista Gragoatá*. V. 34 Niterói: EDUFF, 2013.
- MARIANI, B e MEDEIROS, V. Disciplinarização dos estudos em análise de discurso. Em MARIANI, B. MEDEIROS, V. (orgs.) *Revista Gragoatá (UFF)*. V. 34 Niterói: EDUFF, 2013, p. 15 a 26.
- MARIANI, B. Discurso revolucionário moçambicano e a escrita do homem novo. *Via Atlântica (USP)*. São Paulo, 2012, p. P. 59 a 74.
- MARIANI, B. *Lusofonia, language policies and formation of national states. Portuguese Literay & Cultural Studies*. V. 1, Massachussets: Massachussets Press, 2012, p. 25 a 41.
- MARIANI, B. Língua, colonização e revolução: discurso político sobre as línguas em Moçambique. *Abril (UFF)*. Niterói, 2011, p. 105 a 124.
- MARIANI, B. Uma revolução e seus impasses linguísticos: Moçambique. *Letras*. Santa Maria, UFSM, 2011, p. 56 a 76.
- MARIANI, B. Arquivo e língua nacional: percursos de pesquisas. Em ALMEIDA, E. Et alii. (orgs). *Fronteiras de sentidos & sujeitos nacionais*. Cáceres: RG Editora e FAPEMAT, 2012, p. 119 a 134.
- MARIANI, B. A redação do código civil: polêmica linguística, jurídica ou política? Rui Barbosa e Ernesto Carneiro Ribeiro. Em, LAGARES, X. e BAGNO, M. (orgs) *Políticas da norma e conflitos linguísticos*. São Paulo: Parábola Editorial & Xunta de Galicia, 2011, p. 237 a 258.
- MARIANI, B. Brasil, preconceito linguístico e língua nacional. JOBIM, J.L. e PELOSO, S. (orgs.) Rio de Janeiro: EDUERJ, 2011, p. 101 a 128.
- MARIANI, B. Língua, colonização e revolução: discurso político sobre as línguas em Moçambique. Em ZANDWAISS, A. e ROMÃO, L. (orgs) *Leituras do político*. Coleção Ensaaios. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2011.
- MARIANI, B. Arquivo e língua nacional. Em TEDESCO, M.T. e MEDEIROS, V. (orgs) *Travessias nos estudos de língua portuguesa, homenagem a Evanildo Bechara e Olmar Gutierrez*. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2010.
- MARIANI, B. Quando as línguas eram corpos. Sobre a colonização linguística portuguesa na África e no Brasil. Em ORLANDI, E. *Política linguística no Brasil*. Campinas: Pontes, 2007, p. 83 a 111.

O projeto de pesquisa proposto para o CNPq em 2011, *Discursos em farrapos e outros discursos: sobre o ordinário de sentido na mídia*, apresenta como ênfase a análise do que tenho chamado de discursividades contemporâneas e, como *corpus*, o discurso jornalístico e a fotorreportagem. É um projeto em que a Psicanálise entra com mais vigor na discussão do sujeito

na contemporaneidade. Esse projeto ainda está em vigor (e só poderei apresentar um outro) quando finalizar o período de atuação no Comitê Assessor de Letras e Linguística no próprio CNPq, em 2018.<sup>1</sup>

Com o projeto *Discurso em farrapos e outros discursos: sobre o ordinário de sentido na mídia* propõe-se uma “escuta social” (Pêcheux, 1966), embasada no âmbito teórico-metodológico da Análise do Discurso. É importante realçar que ele se encontra relacionado ao que desenvolvo com apoio da FAPERJ, com projetos que recebem recursos de bolsa Cientistas do Nosso Estado e se voltam especificamente para a produção discursiva sobre e no Estado do Rio de Janeiro: 1) *Uma proposta de arquivo sobre o sujeito da cidade do Rio de Janeiro: inventário de heranças, cicatrizes e esperanças* (bolsa Cientista do Nosso Estado, FAPERJ, 2008-2011, encerrado); 2) *As jovens discursividades cariocas e a mídia alternativa* (bolsa Cientista do Nosso Estado, FAPERJ, 2013, em vigor).

Pretende-se, no escopo geral dessas propostas de pesquisa elencadas, analisar os processos de produção de sentidos inscritos e relatados na mídia escrita e falada – modos de produção do “ordinário de sentido” (Pêcheux, 1981) – que constituem, na discursividade contemporânea, indicativos de posições-

---

<sup>1</sup> Ainda em relação a esse projeto CNPq, é importante mencionar que ele é inter-relacionado a quatro outros, todos com temática próxima e todos situados tão somente em Análise do Discurso. Dentre esses quatro projetos, dois recebem recursos na forma de bolsas de pós-doutorado de longo curso (PNPD/CAPES, válido até 2016, e PNPD/FAPERJ, encerrado em 2015) e foram propostos para contribuir na formação dos jovens doutorandos bem como ter apoio na condução das atividades do Laboratório Arquivos do Sujeito, que fundei e coordeno desde 2009. São estes os projetos em questão: 1) *Um arquivo sobre mídia e sujeito da/na cidade do Rio de Janeiro: o discurso da imprensa carioca na constituição do sujeito urbano* (PNPD/ FAPERJ, 2010 a 2015, encerrado); 2) *Uma proposta de arquivo sobre o sujeito da cidade do Rio de Janeiro: inventário de heranças, cicatrizes e esperanças* (bolsa Cientista do Nosso Estado, FAPERJ, 2008-2011, encerrado); 3) *O brasileiro hoje: língua, cultura e novas relações sociais* (PNPD/ CAPES, em vigor até 2016); 4) *As jovens discursividades cariocas e a mídia alternativa* (bolsa Cientista do Nosso Estado, FAPERJ, 2013, em vigor) Vou tratar dos dois projetos propostos para pós-doutoramento com bolsas FAPERJ e CAPES mais adiante, no capítulo sobre orientações e supervisões.

sujeito vacilantes em situações variadas, sobretudo nas de extrema violência social. Especificamente, está em jogo a apreensão e análise de enunciados do tipo “eu sabia, **mas** mesmo assim...”, “pensei que...”, “ninguém me falou...”, “eu não sabia...” Ou seja, esses enunciados, são ditos em posições-sujeito nas quais os processos de subjetivação (Mariani, 2009), de interpelação ideológica e de individualização pelo Estado (Orlandi, 2001) – ou seja, processos que promovem a submissão à Lei simbólica e às leis em geral – deram-se frouxamente, em farrapos, instaurando, discursivamente, uma ficção generalizada que produz um efeito discursivo de hipocrisia, materializando na linguagem uma perversão social contemporânea (Lebrun, 2008). O objetivo desdobra-se em três: alimentar um arquivo (já em construção) na internet que dê visibilidade às posições-sujeito na contemporaneidade; constituir um dispositivo de análise que permita compreender o funcionamento linguístico de enunciados em dispersão e o “ordinário de sentido” que se neles produz; e prosseguir fomentando uma discussão teórico-crítica sobre a noção de sujeito na Análise do Discurso e na Psicanálise.

Em termos metodológicos, pretende-se coletar e organizar um *corpus* constituído por discursos pessoais divulgados na mídia jornalística digital em seções nas quais o leitor formula sua opinião, bem como a análise de imagens divulgadas no meio jornalístico que retratem situações de violência urbana. Assim, o projeto, em suas etapas, pretende: a) dar continuidade à construção de um arquivo na internet sobre o sujeito; b) apreender e analisar os modos pelos quais o sujeito fala de si e como ele é falado e fala na atualidade; c) apreender a circulação desses enunciados na mídia; d) analisar a posição-sujeito e o lugar sócio-cultural no qual esse sujeito se constitui e atua, formando ou (de)formando laços sociais; e) acolher nesse arquivo as distintas discursividades nas quais as posições discursivas desse sujeito estejam materialmente inscritas; f) construir um dispositivo teórico-metodológico, com base na Análise do Discurso e na Psicanálise, que permita analisar as já referidas discursividades.

Os três projetos mencionados se aproximam em sua temática geral, qual seja, a apreensão e compreensão da produção discursiva do sujeito na

contemporaneidade. Como objeto teórico, pretendemos chegar ao que nomeamos como “discurso em farrapos”, retomando a expressão formulada por Pêcheux (1966). Em outras palavras, é a compreensão de como um certo modo de produção de sentidos se encontra inscrito na materialidade linguística de enunciados vinculados ao que situamos como esfacelamento de discursos de convívio social. Nesses enunciados não vigora nem o “imperativo categórico”, como descreve Freud, em *O mal estar na civilização* (1930) nemo conjunto inscrito socialmente de “pressupostos imperativos” socialmente configurados, como nos ensina Bourdieu em suas *Questões de sociologia* (1999). Passo a explicar o que está em jogo.

Em 2008, dois episódios chocaram a cidade do Rio de Janeiro, ambos envolveram jovens de periferia e de bairros nobres. Nos dois casos, chamou minha atenção o fato de que apesar de pertencerem a classes sociais distintas, os dois grupos de jovens formularam enunciados em relação parafrástica: “*pensei que* [era uma prostituta]”, “*achei que* [era um boneco de Judas]”. Tais enunciados foram divulgados na mídia impressa lateralmente. Os sujeitos envolvidos – rapazes de classe média alta, no primeiro caso, e rapazes de comunidades de baixa renda, no segundo caso – com esses enunciados alegavam um mal entendido, um engano, pretendendo significar uma não responsabilidade pelas ações empreendidas. Em Mariani (2009) proponho uma análise inicial para essas discursividades.

Anos atrás, questionado sobre escândalos políticos que assolavam a nação, o presidente da República disse que “*não sabia de nada*”. Mais recentemente, um jogador de futebol suspeito de sequestro e assassinato da mãe de seu filho, afirmou no discurso televisivo: “Eu ainda no futuro *vou rir* de tudo isso.” Dias depois, quando foi acusado e preso, os microfones de uma TV capturaram seu murmúrio: “*Não vou jogar na próxima Copa.*”

Como compreender o funcionamento discursivo desses enunciados, produzidos por sujeitos em posições discursivas bastante diferenciadas, nos quais o sujeito se exclui de suas responsabilidades, seja denegando, seja modalizando, seja dizendo que se enganou? Como trabalhar discursivamente enunciados que apontam para um não envolvimento do sujeito com as



consequências jurídicas e éticas de atos que ferem o convívio social? Como os sujeitos se representam nesses enunciados? Qual a imagem que produzem de si e que produzem do outro?

Podemos supor que tais enunciados são representativos, do ponto de vista desse projeto, de uma forma de não inscrição do sujeito na Lei simbólica, no sentido em que lhe dá Freud em *Mal estar na civilização*. Esses enunciados, do nosso ponto de vista, fazem parte do que chamamos de “discursos em farrapos”, ou seja, ideologicamente integram formas atuais de justificar o injustificável em termos políticos, sociais e históricos, construindo uma “ficção generalizada” (Pêcheux, 1988[1975])

Como pensar discursivamente o social e o cultural na atualidade tendo em vista que, em condições de produção tão diferenciadas entre si, essas distintas materialidades discursivas mostram posições de sujeitos alienados em relação ao seu próprio dizer? São enunciados que materializam na linguagem posições de sujeito sem compromisso, sujeitos não engajados jurídica e politicamente nas responsabilidades sociais, em suma, anestesiados em relação ao todo complexo da formação social, valendo-se de formulações equívocas em seus próprios atos de fala como forma de justificativa para suas ações violentas. Tendo em vista as atuais relações de produção que fomentam os excessos na sociedade de consumo capitalista, os discursos em farrapos são sintoma de quê? À que ideologia responde essa posição-sujeito? Tendo em vista estas considerações, são os farrapos dos discursos políticos, os de justificativa para atos violentos, os de justificativa para condutas violentas por parte das chamadas celebridades, os de justificativa para o excesso de uso das drogas lícitas que estão sendo objeto de análise por mim e por vários graduandos e pós-graduandos sob minha orientação.

Listo, a seguir, o conjunto de publicações relativas aos projetos mencionados, destacando que 1) a temática começou a ser trabalhada de forma mais sistemática a partir de 2008, embora já estivesse no horizonte de reflexão desde o primeiro projeto enviado ao CNPq; e 2) o interesse sistemático pela teoria da Psicanálise iniciou quando da entrada na Escola Lacaniana. Chamo a atenção, também, para o fato de ter começado a escrever textos em co-autoria com mais frequência.

#### QUADRO 10: SUJEITO E DESEJO

MARIANI, B. E MEDEIROS, V. Discurso urbano e enigmas no Rio de Janeiro: pichações, grafites, decalques. *Rua*, UNICAMP, v. 1, 2014, p 40 a 55.

MARIANI, B. E LUNKES, F. A felicidade (necessária) do/no rio de Janeiro: a produção de imaginários sobre o espaço urbano e sobre o sujeito carioca. *Signo y Seña*, v. 24, 2013, p. 35 a 55.

MARIANI, B. E MEDEIROS, V. E quando a pichação é da prefeitura? Pichar, proscrever, dessubjetivar. *Rua*, UNICAMP, v. 19, 2013, p. 5 a 19.

MARIANI, B. ; MOREIRA, C. B. e ANJOS, V. dos. Liderança jovem e os sentidos em circulação: do traficante ao empresário. Em ROMÃO, L. Et alii. *Textecendo discursos na contemporaneidade*. São Paulo: Pedro & João Editores, 2014, p. 137 a 156.

MARIANI, B. Pichar, proscrever, dessubjetivar; fotografar, inscrever, subjetivar. Em COSTA, A. e RINALDI, A. (orgs) *Linguagem e escritas do corpo*. Rio de Janeiro: Cia de Freud & CAPES, 2014, p. 251 a 267.

MARIANI, B. Uma proposta de arquivo sobre o sujeito da cidade do Rio de Janeiro. Em CABRAL, Adílson, FARBIARZ, Alexandre e TAVARES, Denise (org.) *Pesquisas em mídia e cotidiano*. Niterói: EDUFF & Rio Books, 2014, p. 219 a 238.

MARIANI, B. Ética, pesquisa e Análise do Discurso. Em *Estudos de linguagem e cultura regional*. Boa Vista: Editora da UFRO, 2013, p 137 a 150.

MARIANI, B. Constituição do sujeito: percursos em Linguística e em Psicanálise. Em *Discurso, sujeito, memória*. Campinas: Pontes, 2012, p. 35 a 45.

MARIANI, B. Discursos anestesiados. Em Romão, L. *Discursos em rede: práticas de (re)produção, movimentos de resistência e constituição de subjetividades no ciberespaço*. Recife: Ed. UFPE, 2011, p. 249 a 266.

MARIANI, B. e MAGALHÃES, Eu quero é ser feliz. Em FERREIRA, M.C., e INDURSKY, F. *Memória e história da/na Análise do Discurso*. São Paulo: Mercado das Letras, 2011, p. 125 a 143

MARIANI, B., MEDEIROS, V. E MOURA, T. Habitar uma teoria. Em Petri, V. E Dias, C. (orgs.) *Análise de Discurso no Brasil. Pensando o impensado sempre*. Campinas: RG Editora, 2011, p. 293 a 311.

MARIANI, B. e MEDEIROS, V. Mulher na favela e confronto policial: por um arquivo de imagens. Em MARIANI, B.; MEDEIROS, V. E Dela-Silva, S. *Discurso, arquivo e...* Rio de Janeiro: 7 Letras & FAPERJ, 2011, p. 67 a 92.

MARIANI, B. E MEDEIROS, V. Olhem, dizem as fotos... É assim. Em AZEVEDO, N. P. da S. G. de eda FONT,R. F. L. (orgs.) *Análise do discurso: mo (vi)mento de interpretações*. Curitiba: editora CRV, 2011, p. 111 a 130.

MARIANI, B. Uma proposta de arquivo sobre a cidade do Rio de Janeiro: uma pesquisa sobre o discurso em farrapos. Em DI RENZO, A. et alii. (orgs) *Linguagem, história e memória: discursos em movimento*. Campinas: Pontes, 2011, p. 43 a 64.



MARIANI, B. Sujeito e discursos contemporâneos. Em INDURSKY, F. e FERREIRA, M.C. (orgs.) *O discurso na contemporaneidade: materialidades e fronteiras*. São Carlos: Editora Claraluz, 2009, p. 43 a 53.

MARIANI, B. Uma análise do discurso desejante. Em SARGENTINI, V. E GREGOLIN, R. *O discurso nos domínios da linguagem e da história*. São Carlos: Editora Claraluz, 2008, p. 143 a 152.

Ainda em relação ao que apresentei até o momento, julgo necessário destacar que os estudos de Psicanálise me conduziram à escrita de textos nas fronteiras entre as ideias de Michel Pêcheux e as de Jacques Lacan. Como já mencionei anteriormente, em vários momentos de sua obra, Pêcheux traz à superfície da Análise do Discurso uma inquietação provocada pela Psicanálise com o advento, a partir de Freud, do sujeito do inconsciente. Afirma Pêcheux, na veia aberta pela (im)possível articulação entre ideologia e inconsciente: "... a ordem do inconsciente não coincide com a da ideologia, o recalque não se identifica nem com o assujeitamento nem com a repressão, mas isso não significa que a ideologia deva ser pensada sem referência ao registro inconsciente." (Pêcheux, 1988 [1975], p. 301).

De minha parte, repito novamente o que já afirmei: não cabe ao analista de discurso colocar suas análises discursivas no divã. Isso cabe ao psicanalista fazer, *biensur*. Porém, o analista do discurso, uma vez advertido sobre a presença do inconsciente, pode se posicionar criticamente e de forma mais radical frente ao sujeito do idealismo, com suas intenções (conscientes). Nos últimos anos tenho sido procurada por alguns psicanalistas interessados em dialogar com o campo dos estudos de linguagem, sobretudo com o campo aberto por Pêcheux e Orlandi. Nos desdobramentos de suas leituras, em suas análises discursivas, esses psicanalistas vão, aos poucos, se deparando com o funcionamento da ideologia no que cerca e atravessa discursivamente o entorno dos sujeitos. É, portanto, sem confundir ou mesclar os campos teóricos que essas (im)possíveis relações entre Análise do Discurso e Psicanálise tem sido discutidas por mim, desde 2002, em aulas, orientações e congressos. E no livro que organizei, bem como nos textos que apresento no quadro abaixo.

## QUADRO 11: ANÁLISE DO DISCURSO, PSICANÁLISE

MARIANI, B.(org.) *A escrita e os escritos. Reflexões em Análise do Discurso e em Psicanálise*. São Carlos: editora Claraluz, 2006.

MARIANI, B. Nome próprio e constituição do sujeito. *Revista de Letras da UFSM*, v. 48, 2014, p. 131 a 143.

MARIANI, B, e MAGALHÃES, B. Lacan. Em AMARAL, L. *Estudos do discurso. Perspectivas teóricas*. São Paulo: Parábola, 2013, p. 101 a 122.

MARIANI, B. e BALDINI, L. O real é o nome que se dá ao inominável. Em INDURSKY, F. e FERREIRA, M.C. (orgs) *O acontecimento do discurso no Brasil*. Campinas: Mercado de Letras, 2013, p. 103 a 114.

MARIANI, B. Análise do discurso e Psicanálise. Em MARIANI, B. e MEDEIROS, V. (orgs) *discurso e...* Rio de Janeiro: 7Letras & FAPERJ, 2012, p 50 a 59.

MARIANI, B. Esquecimento na memória. Em ROMÃO, L. (org) *Conceitos discursivos em rede*. São Carlos: Pedro e João, 2012, p. 156 a 174.

MARIANI, B. Larissas, ou quando a falta de sentido faz sentido outro. Em MARIANI, B.; ROMÃO, L e MEDEIROS, V. *Dois campos em (des)enlaces: discursos em Pêcheux e Lacan*. Rio de Janeiro: 7Letras & FAPERJ, 2012, p. 53 a 59.

MARIANI, B, e MAGALHÃES, B. Processos de subjetivação e identificação: ideologia e inconsciente. *Linguagem em (dis)curso*. V. 10, 2010, p. 391 a 408.

MARIANI, B. Textos e conceitos fundadores em Michel Pêcheux: uma retomada em Althusser e Lacan. *Alfa*, revista de Linguística da UNESP online. V. 54, 2010.

MARIANI, B. Silêncio e metáfora: algo para se pensar. *Revista Trama*, UNIOESTE online e impresso. V. 03, 2007, p. 55 a 71.

MARIANI, B. Significantes e sentidos, inconsciente e ideologia. Em *Análise do discurso: herança, método, objetos*. São Carlos: Editora Claraluz, 2008, p. 143 a 152.

MARIANI, B. Do sujeito: Psicanálise e Linguística. *Educação, subjetividade & poder*. V. 01, 2005, p. 63 a 79.

MARIANI, B. Imaginário linguístico: análise do discurso e psicanálise. *Desenredo*. Revista do PPGL/UPF. V.01, 2005, p. 20 a 28.

MARIANI, B. Subjetividade e imaginário linguístico: *Linguagem em (dis)curso*. V. 03, 2003, p. 55 a 72.

### 4.3 Outros projetos: constituição de grupo de pesquisa e do Laboratório Arquivos do Sujeito

Nessa seção, apresento três projetos e seus objetivos coletivos: 1) o de criação do Grupo de Teoria do Discurso (2008/2009); 2) o de fundação do Laboratório Arquivos do Sujeito (2009/...); 3) o de divulgação da Análise do Discurso de forma audiovisual virtual (2013/2015).

#### QUADRO 12: NO COLETIVO

MARIANI, B. *Arquivos sobre o sujeito nacional: discursividades na sociedade e na cultura contemporâneas*. Edital Universal CNPq, 2008/2009.

MARIANI, B. *Laboratório Arquivos do Sujeito: projeto de pesquisa e trabalho*. Departamento de Ciências da Linguagem & Programa de Pós-Graduação em Estudos de linguagem, UFF, 2009.

MARIANI, B. *Divulgação científica em Análise do Discurso: investigação e inovação com base nas novas tecnologias*. Edital Humanidades FAPERJ, 2013/...

Em 2008, enviei o projeto *Arquivos sobre o sujeito nacional: discursividades na sociedade e na cultura contemporânea* para o edital Universal CNPq. Com o apoio do CNPq (processo número 475481/2008-9), consegui congrega um grupo de pesquisadores para formar o interdisciplinar e interinstitucional GTDIS, Grupo de Teoria do Discurso, registrado no Diretório de Grupos de Pesquisa no CNPq. O GTDIS congrega analistas do discurso e psicanalistas de diferentes estados e instituições universitárias no Brasil. O objetivo, com o projeto apresentado ao Edital Universal foi triplo: a) contribuir para a elaboração das linhas preliminares de um lugar teórico que, congregando a Análise do Discurso e a Psicanálise, possa apreender e analisar os modos pelos quais o sujeito nacional vem se constituindo e se mostrando na atualidade; b) construir um arquivo na internet, possibilitando o acesso de pesquisadores interessados na proposta teórica e na temática, que possa acolher distintas discursividades nas quais as posições desse sujeito estejam materialmente inscritas; c) congrega uma rede de pesquisadores brasileiros interessados na problemática do sujeito e na interface teórica aqui proposta. Para a realização desse projeto solicitei equipamentos de computação e serviços de terceiros,

uma vez que pretendia estabelecer relações de trabalho interinstitucionais e interdisciplinares, a partir da construção de um sítio na internet e de um *fórum* de discussão. Em julho de 2009, sob minha coordenação, reuniu-se o GTDIS pela primeira vez, e, desde então, realizamos um encontro anual, sendo que em 2014 fizemos o V Simpósio do GTDIS nas dependências do Instituto de Letras UFF. É importante destacar que os Simpósios do GTDIS são organizados com recursos da bolsa CNE e, também, com recursos obtidos no edital FOPESQ/UFF. Como resultado dos encontros, organizamos e publicamos dois livros com apoio da FAPERJ, sendo que o de 2012 obteve apoio de edital APQ3, e o outro foi possível graças aos recursos da bolsa CNE.

#### QUADRO 13: GTDIS

MARIANI, B & MEDEIROS, V. (orgs.) *Discurso e...* 7Letras & FAPERJ: Rio de Janeiro, 2012.

MARIANI, B; MEDEIROS, V. & DELA-SILVA, S. (orgs.) *Discurso, arquivo e...* 7Letras & FAPERJ: Rio de Janeiro, 2011.

Ainda em 2009, fundei o LABORATÓRIO ARQUIVOS DO SUJEITO (LAS-UFF) com a colaboração das professoras Vanise Gomes de Medeiros e Silmara Dela Silva, ambas do Departamento de Ciências da Linguagem, UFF. A fundação do LAS foi marcada pela apresentação de um projeto de pesquisa e trabalho encaminhado para leitura e aprovação pela Comissão Departamental para Fins de Avaliação. Dentre os objetivos institucionais do Laboratório destaco a organização de um sítio na internet ([www.uff.br/LAS](http://www.uff.br/LAS)), construído com o apoio do Núcleo de Tecnologia da Informação da UFF (NTI-UFF) para abrigar um arquivo com o que está sendo chamando de materialidades dispersas, ou seja, situações em que o sujeito enuncia marcando sua posição tanto na produção de normas e valores, como submetido a essas normas e valores, ou, ainda, resistindo e/ou subvertendo normas e valores vigentes em seu meio cultural e social.

Dessa maneira, considero que se trata de um arquivo aberto, *in progress*, onde serão alocados textos falados (depoimentos, entrevistas, falas ouvidas na rua, falas de programas televisivos ou de rádios, falas de crianças), textos escritos (inscritos em diferentes suportes, institucionais ou privados, redações, grafites, publicidades, blogs, diários), imagens (feitas pelos integrantes do grupo ou já

em circulação como fotografias jornalísticas), filmes, músicas. Esse arquivo, lentamente em construção, ficará disponível para pesquisadores interessados na temática. À medida que esse material for sendo colocado, caberá ao grupo de pesquisadores pensar as formas de gerenciamento e disponibilização do arquivo e organizar um dispositivo de análise congruente com o material de pesquisa coletado. Destaco, também, em relação ao projeto do LAS, o objetivo voltado para a formação dos jovens pesquisadores em todos os níveis, da graduação ao pós-doutoramento. O LAS conta sempre, em sua equipe, com ICs, mestrandos e doutorandos que trabalham e estudam tanto Análise do Discurso como História das Ideias Linguísticas em grupos de leitura coordenados pelos pós-doutorandos. O LAS conta com computadores e uma boa biblioteca, material adquirido exclusivamente com recursos de editais. Também a partir de editais da própria UFF, temos contado com a colaboração de estagiários, alunos colaboradores que participam das atividades dos grupos de estudos e, também, contribuem na organização da biblioteca e na manutenção do Laboratório. Em dezembro de 2014, propus às minhas colegas Vanise e Silmara, que transformássemos a minha coordenação em uma coordenação colegiada, colocando de forma efetiva algo que já vinha se dando na prática. Por fim, cabe ressaltar que em 2014 realizamos o III Seminário Interno do LAS, momento em que todos os seus integrantes (foram 23 participantes) apresentam, de forma resumida, seus percursos de pesquisa.

Vale destacar, agora, a obtenção de recursos via Edital Humanidades, FAPERJ, para o projeto *Divulgação científica em Análise do Discurso: investigação e inovação com base nas novas tecnologias*. Esse projeto (processo E-26/111.085/2013) foi apresentado como uma proposta coletiva do Laboratório Arquivos do Sujeito, envolvendo graduandos, mestrandos e doutorandos, orientados por mim e pelas professoras Vanise e Silmara, e que tivessem interesse na temática. A proposta, com finalização prevista para agosto de 2015, consiste na construção de uma enciclopédia virtual em vídeo, também a ser disponibilizada no site do Laboratório Arquivos do Sujeito, contemplando noções teóricas do quadro da Análise de Discurso e de áreas afins. A Psicanálise, por exemplo, justifica-se por ser constituída de atividades de pesquisa que

remetem para o mapeamento e para a divulgação dos conceitos da Análise do Discurso. A inovação está na forma de divulgação do conhecimento produzido pela Análise do Discurso. Para sua realização, o projeto se desenvolve em quatro etapas. Em termos permanentes, a equipe se dedica à leitura e discussão teórica sobre a teorização proposta na Análise do Discurso e à discussão sobre as novas tecnologias, as novas ferramentas de linguagem em geral, bem como aquelas articuladas com as ciências da linguagem e seu impacto na produção e divulgação de conhecimento. Como segunda etapa, a partir das leituras e dos questionamentos, estamos convidando pesquisadores brasileiros em Análise do Discurso para apresentarem os conceitos previamente selecionados. A terceira etapa é justamente a da filmagem, ou seja, a produção de pequenos filmes, com cerca de 5 minutos de duração, que estão compondo a *Enciclopédia Audiovisual Virtual de Conceitos de Análise do Discurso*. Um mesmo pesquisador, de acordo com seu campo mais específico de investigação, poderá ser convidado para apresentar mais de um verbete. Por outro lado, um mesmo conceito poderá ser apresentado por mais de um pesquisador, considerando-se que a Análise do Discurso reterritorializa conceitos das Ciências Humanas e Sociais e que, em função das análises realizadas, a teorização de marcas linguístico - discursivas demanda novas teorizações e novas conceituações. Incluiremos, ao final dos filmes, bibliografia citada pelo pesquisador convidado referente ao conceito. Como desdobramento da terceira etapa, os pesquisadores, além de participarem dos filmes, serão também convidados a proferir palestras e consultorias para o programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da UFF. A quarta etapa tem sido a de edição e (futura) postagem dos vídeos no chamado *ufftube*, um canal que a UFF tem no *youtube*. Para essa etapa, temos trabalhado com consultores que sabem utilizar adequadamente o programa de edição de vídeos específico, já instalado no computador MacPro que se encontra no Laboratório Arquivos do Sujeito (Trata-se de um computador adquirido com recursos da bolsa Cientista do Nosso Estado – 2008/2011).

A fim de divulgar o trabalho, mesmo que ainda incompleto, fizemos uma mesa-redonda na semana da *Agenda acadêmica*, momento em que a UFF se volta para apresentação de trabalhos e pesquisa e extensão. Coloco, no quadro



abaixo, *links* para a visualização da pré-edição de alguns desses vídeos que já produzimos, com a ajuda da aluna voluntária Mariana Vita, de jornalismo. No momento, ainda estamos gravando e em fase de testagem do formato final, o que inclui a vinheta de abertura, a musicalização e o formato das legendas, dentre outros detalhes.

Observe-se que as filmagens são realizadas na sala do LAS, com a presença de alunos de graduação e pós-graduação que se disponibilizam a filmar ou que estão ali aproveitando a oportunidade para ouvir pesquisadores da área de Análise do Discurso. Valorizamos a filmagem em nosso próprio ambiente de reuniões, com a imagem de nossa biblioteca ao fundo, sinal das obras adquiridas aos poucos, com recursos de projetos variados. Já é possível acessar os *links* e ouvir os verbetes das professoras Lucília Romão (USP/Ribeirão Preto), Cristiane Dias (LABEURB/UNICAMP) e Evandra Grigoletto (UFPE):

#### QUADRO 14: ENCICLOPÉDIA AUDIOVISUAL

<http://youtu.be/mLr904Zznbg>

<http://youtu.be/ltYcFrHNoKE>

<http://youtu.be/u84Lqqe2mBc>

Por fim, não há como não mencionar o belo e denso enlace nacional que vem sendo realizado entre três laboratórios de Pesquisa. Refiro-me aos trabalhos que, a partir de 2009, se desenvolvem com o estabelecimento de vínculos em rede de pesquisas entre o Laboratório Arquivos do Sujeito e dois outros Laboratórios: o Laboratório *Corpus*, coordenado pela Profa. Dra. Amanda Scherer UFSM); o Laboratório EL@ADIS, coordenado pela Profa. Dra. Lucília Abrahão e Sousa (USP/Ribeirão Preto). Em nome desse enlace, organizamos um evento na UFF em 2013, com a presença de estudantes dessas duas universidades, publicamos um livro com a Profa. Dra. Lucília Romão, e organizamos uma edição da revista *Fragmentum*, a convite da profa. Dra. Amanda. Por fim, cabe mencionar a professora Vanise Medeiros que, ao retornar de seu pós-doutoramento em Paris III, promoveu, em nome do enlace entre laboratórios, o evento itinerante *Laboratórios em cooperação*, com a presença

dos pesquisadores franceses Christian Puech e Jean-Marie Fournier.

QUADRO 15: ENLACES

MARIANI, B.; ROMÃO, L. e MEDEIROS, V. (orgs) *Dois campos em (des)enlaces: discursos em Pêcheux e Lacan*. 7Letras & Faperj, 2011.

MARIANI, B. e MEDEIROS, V. *Revista Fragmentum Percursos teóricos e analíticos em análise de discurso*. No . 29 (abr/jun), Santa Maria: Programa de PG da UFSM & Laboratório Corpus & FAPERJ, 2011.



#### 4.4 Colaboração internacional e contribuições

Tendo em vista esse conjunto de projetos, nas duas linhas de pesquisa em que são realizados – Análise do Discurso e História das Ideias Linguísticas –, é oportuno mencionar que todos contam com a presença de graduandos e pós-graduandos, sempre com suas propostas específicas sendo orientadas e com os resultados apresentados em congressos da área. É, também, oportuno destacar o convênio internacional que assinei e passei a coordenar, em 2014, com a Universidade de Paris XIII, mais especificamente com os laboratórios sob a direção de Marie-Anne Paveau e Éric Bideau. A professora Marie-Anne tem vindo à UFF com regularidade para ministrar palestras e o professor Éric veio como convidado do V Seminário do GTDIS em outubro do ano passado.

Destaco, também, que a persistência no trabalho de pesquisa com Análise do Discurso e com História das Ideias Linguísticas trouxe desdobramentos no âmbito do ensino de Graduação e Pós-Graduação. Quando entrei para a UFF, em 1992, o setor de Linguística oferecia duas disciplinas obrigatórias: uma Introdução à Linguística, de caráter panorâmico, e uma Linguística II, centrada em fonologia e morfologia. Com a reforma curricular de graduação, da qual fiz parte, uma Linguística III passou a ser oferecida como obrigatória, e sua ementa contempla Análise do Discurso e Semiótica. No âmbito da Pós-Graduação, a linha de pesquisa *Teorias do Texto, do Discurso e da Interação* já está implantada e consolidada com uma ementa específica para a Análise do Discurso nas bases teóricas aqui apresentadas. Além disso, com a reformulação curricular da nossa Pós, uma nova linha de pesquisa foi introduzida há dois anos, congregando docentes que atuam em três distintas vertentes teóricas: História das Ideias Linguísticas, Historiografia Linguística e Sociolinguística. Assim sendo, na linha 3 – *História, Política e Contato Linguístico* –, a ementa *História das ideias Linguísticas* corresponde à presença institucional de um trabalho de fato desenvolvido desde antes do pós-doutorado.

A descrição de minhas atividades de pesquisa, portanto, está articulada com um longo processo universitário em que tanto o campo de estudos da Análise do Discurso quanto o da História das Ideias Linguísticas passaram a constituir

ementas de disciplinas obrigatórias regularmente oferecidas. Foi sob o horizonte das condições de produção aqui descritas que alavanquei os oito anos de trabalho na Puc-Rio e, agora, os mais de 20 anos de militância visando ao desenvolvimento da pesquisa em Análise do Discurso e em História das ideias Linguísticas na UFF.

## 5. Ensino e pesquisa: conexões sempre

Como se forma um pesquisador? Continuo com a questão, trazendo-a para o âmbito do ensino. Se não há respostas definitivas, há, pelo menos, algumas características pertinentes aos que se interessam em fazer pesquisa em Linguística: curiosidade sobre o funcionamento da linguagem, em geral, e das línguas, em particular, persistência até descobrir um campo específico de interesses, muita leitura teórica, disposição para ficar horas no trabalho de campo coletando *corpus* ou no de gabinete construindo arquivos, paciência para amadurecer intelectualmente para não simplesmente reproduzir teorias e metodologias, e estar com um orientador interessado, ou seja, um orientador que também tenha essas características mencionadas.

Costumo dizer para meus alunos e orientados que a UNICAMP me ensinou a pensar e me formou como pesquisadora; a PUC, onde comecei a dar aulas na graduação, em 1984, me formou como professora; e a UFF, onde estou desde 1992, de fato me institucionalizou e profissionalizou, colocando em conexão ensino e pesquisa. Também costumo dizer aos alunos de Linguística de graduação e de pós-graduação que são três os meus objetivos: despertar neles uma paixão pelos estudos da linguagem, ensinar a ler textos teóricos e a escrever textos em Linguística, bem como, também, ensinar as teorias e as diferentes formas analíticas de apreensão desse objeto que é a linguagem humana.

Acredito que um professor com veia de pesquisador desempenha suas atividades discentes estimulando e conquistando seus alunos para pesquisa. É um caminho docente que tece ensino e pesquisa de forma inseparável, sempre voltado para uma orientação que se realiza no cotidiano da sala de aula bem como nas situações formais de orientação em iniciação científica, mestrado e doutorado.

Para além do conteúdo das ementas em si, e para além dos objetos de pesquisa em si, o que tento levar para os estudantes é a compreensão de que, no percurso de produção de conhecimento, há que se distinguir o que vem da tradição, ou seja, o que já está estabelecido no domínio dos estudos da linguagem em seu longo percurso, e o que se apresenta como novo nos saberes

estabelecidos. Assim fazendo, promovo discussões em que as leituras propostas em sala e as propostas de projetos de pesquisa necessitam, antes de mais nada, de serem colocadas em relação a práticas científicas localizadas na espessura de um tempo-espaço históricos. “Sem história e sem memória não há projeto”, afirma Aurox (2008), lembrando-nos de que não se produz um conhecimento diferenciado, novo ou original, fora dessa espessura histórica que o constitui.

Dentre as práticas humanas, a prática da pesquisa científica se insere dentre as que produzem saberes específicos, que são aqueles voltados para a produção de conhecimentos. Cabe ao professor-pesquisador ensinar que nenhuma forma específica de produção de conhecimento no campo dos estudos da linguagem é mais “científica” ou “melhor” do que outras. Há, sim, modelos predominantes de algumas vertentes em dada temporalidade, ou, em outras palavras, em dadas condições de produção, há a concomitância e embates entre as teorias. Cada teoria estabelece um recorte epistemológico específico para lidar com seu objeto de investigação. A Análise do Discurso e a História das Ideias Linguísticas são teorias materialistas, refutam o idealismo uma vez que não consideram o sujeito-falante como uma unidade de uma interioridade, reflexo da consciência de si, nem consideram a linguagem como transparente. Linguagem e sujeito, nesses campos teóricos, se definem pela materialidade sócio-histórica. Nessa medida, teoria, método, objeto e dispositivo de análise precisam se encontrar relacionados de forma consistente, sem contradições, no recorte que se faz do objeto de pesquisa.

Nessa direção, compreendo a importância de expor adequadamente para os estudantes as diferentes teorizações que compõem o campo de estudos de linguagem, e me comprometo a apresentá-las sem valores preconcebidos. Aos pós-graduandos, sugiro sempre que compareçam a palestras de diferentes áreas, que frequentem aulas de professores inscritos em outros recortes teóricos, pois a excessiva especialização, do meu ponto de vista, ao invés de aguçar o conhecimento muitas vezes pode empobrecê-lo. Esse é um compromisso político e ético que assumo nas aulas e nas orientações.

A seguir, apresento o conjunto de orientações já realizadas, enfatizando que considero que todas têm igual importância: da iniciação científica, com o despertar (ou não) para a vida acadêmica, à supervisão de pós-doutorado; a formação em pesquisa não é sem a memória do conhecimento já constituído em Análise do Discurso (AD), em História das Ideias Linguísticas (HIL) e em história da Linguística. Nos quadros as orientações estão separadas conforme a linha de pesquisa e conforme o nível.

#### QUADRO 16: ORIENTAÇÕES DE DOUTORADO CONCLUÍDAS

2015: Joyce Palha Collaça (HIL)  
2015: Marcia da Silva Cirigliano (AD)  
2013: Felipe Barbosa Deserto (HIL)  
2012: Ana Maria Carnevale Lopes (AD)  
2011: Maria do Socorro Pereira Leal (AD)  
2011: Fernanda Luzia Lunkes (AD)  
2010: Angela Corrêa Baalbaki (AD)  
2009: LuisAntonio Prazeres (AD)  
2009: Fabia dos Santos Marucci (AD)  
2009: Beatriz Fernandes Caldas (HIL)  
2009: Carla Barbosa Moreira (AD)  
2008: Roberto Paes de Carvalho Ramos (AD)  
2008: Suely Pessanha de Almeida (HIL)  
2006: Alexandre Sebastião Ferrari Soares (AD)  
2006: Rosane da Conceição Pereira (AD)  
2006: Maria Claudia Gonçalves Maia (AD)  
2006: Maria da Graça Cassano (AD)  
2004: Claudia da Silva Leopoldino (AD) 2003: Vanise Gomes de Medeiros (AD)  
TOTAL: 19 doutorados orientados e concluídos

QUADRO 17: ORIENTAÇÕES DE MESTRADO  
CONCLUÍDAS

2015: Ulisses da Silva Gomes (AD)  
2013: Maria de Fátima do Amaral Silva (AD)  
2012: Mario Sergio Mathias Neto (AD) 2012: Mariana Linhares  
Pereira Resende (AD)  
2011: Marcos Sá Costa (AD)  
2010: Joyce Palha Collaça (AD)  
2008: Tatiana Freire de Moura (HIL)  
2007: Luiza Kátia Andrade Castello Branco (HIL)  
2007: Regina Fernandes Costa (AD)  
2007: Mariana Pereira de Oliveira (AD)  
2006: Maria do Socorro Pereira Leal (AD)  
2001: Ivana Quintão de Andrade (AD)  
2001: Deise Barbosa Rodrigues (AD)  
2001: Sandra Maria Franco Viana (HIL)  
1998: Maria Auxiliadora Gozzi Pena (AD)  
1997: Gileade Pereira Godoi (HIL)  
TOTAL: 16 mestrados orientados e concluídos

QUADRO 18: ORIENTAÇÕES DE IC CONCLUÍDAS

Sarah Casimiro (2013/2015 - FAPERJ)  
Barney G. Costa (2012 - CNPQ)  
Viviane S. Dos Anjos (2012 - FAPERJ)  
Rodrigo C. Ferreira (2011 – CNPq)  
Ana Claudia Roxo (2010 – FAPERJ)  
Letícia S. Queiroz (2010 – FAPERJ)  
Rodrigo C. Ferreira (2010 – FAPERJ)  
Tatiana Freire de Moura (2004 – FAPERJ)  
Luciano Arêas (2003 - FAPERJ)  
Ana Clara Viegas (2003 - FAPERJ)  
Marilea C. Da Silva (2002 - FAPERJ)  
Espedita A. L. Mesquita (2000 - FAPERJ)  
Mario Sergio Mathias (2000 - FAPERJ)  
Girleine dos Santos (1998 - FAPERJ)  
Rivia Silveira Fonseca (1998 - FAPERJ)

Juerma E. De Araújo (1998 - FAPERJ)  
Maisa Aleksandravicius (1995 – CNPq)  
Laura Van Boekel Cheola (1991 – BNDES)  
Claudia A. Campinho (1991 – FAPERJ)  
Fábio Luiz Lopes da Silva (1990- FAPERJ)  
Vanise G. De Medeiros (1990 - FAPERJ)  
TOTAL: 20 orientandos de IC

#### QUADRO 19: SUPERVISÃO DE PÓS-DOCTORADO

Abril 2015/...: Luiza Castello Branco (PNPD / CAPES)  
Março 2014/...: Carolina Fedatto (PD prêmio melhor tese/CAPES)  
Outubro 2014/...: Eliana de Almeida (UNEMAT, com bolsa CNPq senior)  
Março 2013/...: Juciele Pereira Dias (PNPD / CAPES)  
Março 2013/fevereiro 2015: Fernanda Luzia Lunkes (PNPD / CAPES)  
Outubro 2010/ abril 2011: Ana Paula El Jaick (PNPD / CAPES)  
Abril 2011/fevereiro 2013: Carla Moreira Barbosa (PNPD / CAPES)  
Fevereiro 2009/ janeiro 2010: Silmara C. Dela Silva (PNPD/ FAPERJ)  
Fevereiro 2010/junho 2014: Maurício Beck (PNPD/ FAPERJ)  
Julho 2014/outubro 2014: Ana Maria Carnevale Lopes (PNPD / FAPERJ)  
Julho/dezembro 2009: Rosa Helena Blanco Machado (UESB, sem bolsa)  
Fevereiro 2008/janeiro 2009: Belmira Magalhães (UFAL, com bolsa CNPQ senior)  
Julho / dezembro 2006: Ana Elizabeth Balocco (UERJ, sem bolsa)  
TOTAL: 09 pós-doutorados concluídos e 04 em curso

Em relação aos quadros acima, alguns destaques. Em primeiro lugar, um agradecimento à FAPERJ e ao CNPq que apostaram nas orientações, concedendo bolsas de IC, mesmo antes de eu haver concluído o doutorado.

Em segundo lugar, destaco a janela que se abriu com o Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD) da CAPES e com o da FAPERJ, ambos voltados para os jovens doutores. São programas de pós-doutoramento de longo prazo que permitem que esses jovens doutores, ainda não inseridos no mercado de trabalho, possam continuar com sua formação ao mesmo tempo em que podem contribuir na consolidação de grupos de pesquisa, atuando por até 5 anos em Laboratórios, com atividades docentes e de orientação.

Também a presença de pós-doutorandos com carreiras já consolidadas, como foi o caso de Rosa Maria Blanco Machado (UESB), Belmira Magalhães (UFAL) e Anna Elizabeth Balocco (UERJ), e está sendo o de Eliana de Almeida (UNEMAT, em curso), trouxe para as pesquisas em Análise do Discurso realizadas na UFF uma polifonia muito benéfica para os estudantes, para as colegas do LAS, e para mim mesma. Especialistas em suas áreas específicas, trouxeram polêmicas e discussões para o conjunto de alunos, sendo que meu papel foi muito mais o de interlocutora para a abertura de saberes ainda pouco explorados pelas pesquisadoras. No caso da professora Anna Balocco, a abertura para o conceito de sujeito do ponto de vista discursivo; para Rosa Machado, a consolidação de determinados conceitos do campo da Análise do Discurso; e para as professoras Belmira Magalhães e Eliana de Almeida, a vigorosa entrada no campo da Psicanálise. Com cada uma delas, as atividades desenvolvidas na UFF, para além dos encontros de discussão dos trabalhos em andamento, foram determinadas em função dos interesses específicos, assim sendo, palestras, minicursos e participações em bancas foram feitas.

Distinta é a situação dos jovens bolsistas PNPD. Os recém-doutores sob minha supervisão, muitos vindos de fora do estado do Rio de Janeiro, chegam interessados no desenvolvimento de pesquisa inserida no projeto do supervisor, mas ainda com ecos de prolongamento do doutorado. Porém, o principal é que chegam ávidos para iniciar uma vivência universitária que os coloca em um lugar que não é mais o de estudante. Nesse sentido, a inserção dos pós-



doutorandos no Laboratório Arquivos do Sujeito funciona de forma muito positiva tanto para eles quanto para o Laboratório em si. Os jovens doutores colaboram da seguinte forma: 1) organizando grupos de leitura para discutir textos seminais em Análise do Discurso e em História das Ideias Linguísticas; 2) dividindo algumas aulas em cursos de graduação com a minha presença, ou, eventualmente, participando mais de perto do setor de Linguística quando aceitam dar um curso inteiro, sob minha responsabilidade; 3) contribuindo na organização de eventos, aprendendo dessa forma a fazer projetos e relatórios técnicos e financeiros. Além disso, cabe destacar que a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFF abriu um edital voltado apenas para os pós-doutorandos presentes na Instituição para orientação PIBIC. Juciele P. Dias, sob minha supervisão, foi selecionada e, no momento, está finalizando uma orientação PIBIC.

Outro aspecto relevante no trabalho com os pós-doutores, foi a decisão de se produzir e publicar o importante *Boletim dos pós-docs* (<http://www.uff.br/las/index.php/boletim/2-uncategorised/55-boletim-anterior>). Trata-se de um documento publicado no site do LAS que objetiva prestar contas publicamente para a comunidade acadêmica sobre o que vem sendo realizado sob minha supervisão. Nesses boletins são apresentados os resumos das pesquisas, seus resultados, avaliações sobre o processo do estágio pós-doutoral e as atividades específicas voltadas para o Laboratório.

Por fim, destaco que vários doutorandos e pós-doutorandos que foram do nosso Programa de Pós-Graduação e trabalharam comigo já estão inseridos em universidades federais e particulares, desenvolvendo seus próprios trabalhos de pesquisa. No quadro abaixo, faço uma breve descrição da situação atual desses ex-orientandos.

#### QUADRO 20A: INSERÇÃO PROFISSIONAL

Vanise G. de Medeiros (ex-doutoranda): Professora da UFF.  
Angela Baalbaki (ex-doutoranda): Professora da UERJ.  
Beatriz Caldas (ex-doutoranda): Professora da UERJ.  
Fernanda Lunkes (ex-doutoranda e ex-pós-doc): Professora do IFES de Londrina.  
Carla B. Moreira (ex-doutoranda e ex-pós-doc): Professora do CEFET Belo Horizonte.  
Joyce Palha Collaça (ex-mestranda e ex-doutoranda): Professora da UFS  
Ana Paula el Jaick (ex-pós-doc): Professora da UFJF.  
Maria Claudia Maia: Professora do IUPERJ.  
Roberto Paes de Carvalho Ramos: Coordenador do EAD da Estácio de Sá  
Maurício Beck (pós-doutorando): prof. visitante na UESB Ilhéus.

No quadro a seguir, apresento ex-orientandos que já eram concursados quando fizeram doutorado comigo:

#### QUADRO 20B: INSERÇÃO PROFISSIONAL

Felipe Dezerto (ex-doutorando): Professor do Colégio Pedro II  
Maria do Socorro Pereira Leal (ex-mestranda e ex-doutorando): Professora da UFRR.  
Alexandre Ferrari Soares (ex-doutorando): Professor da UNIOESTE.  
Luis Antonio Prazeres (ex-doutorando): Professor da UFMG.

Ensino e pesquisa são práticas que convergem para a produção de conhecimento. E precisam entrar em circulação. No próximo capítulo discuto um pouco esse percurso que se realiza em congressos e publicações.

## 6. Atividades de extensão: em direção à sociedade

A circulação do conhecimento sobre o que se produz no âmbito dos estudos de linguagem é vital. Para pensar em tal circulação, uma possibilidade é a que circunscribe a discussão no âmbito da própria linguística, o que é realizado em congressos e com a publicação em periódicos e livros. De outra parte, também é necessário considerar a circulação para a sociedade, tendo em vista o caráter ético de prestação de contas sobre os recursos públicos utilizados bem como os efeitos sociais da pesquisa realizada.

De uma maneira geral, entendo que o trabalho do linguista, seja ele analista do discurso ou especialista em qualquer outro recorte teórico, é sempre social e voltado para o social. Retomando os parágrafos iniciais de Langacker, em seu livro *a Linguagem e sua Estrutura* (1982), afirmo que a linguagem está em toda parte, em nossos sonhos, na forma de organização comunitária, nas relações de poder e assim por diante. Nesse sentido, o trabalho do linguista pode estar em toda parte, suas pesquisas de campo ou de gabinete sempre encontrarão algum aspecto voltado para a sociedade. Assim é, por exemplo, a descrição gramatical das línguas naturais, descrição que tem aplicações infinitas, desde o ensino (língua materna ou estrangeira) à sintetização de voz por programas computacionais.

Considerando o percurso de pesquisas que realizei, farei breves comentários sobre alguns momentos específicos dessa trajetória pela PUC-Rio e pela UFF, tendo em vista as duas vertentes mencionadas acima: 1) pesquisas em que a atuação social se fez presente de forma bastante visível: trabalhos com a comunidade da Rocinha; trabalho com os índios Poyanawa; trabalho com a Secretaria Municipal de Educação; trabalho com o PROLER; o trabalho com o jogo didático *Biriba de linguagem*; trabalho com o PNPD-CAPES (escolas); 2) pesquisas em que o trabalho com Análise do Discurso e/ou História das Ideias linguísticas trouxe ganhos para a área em si e, também, para uma compreensão do funcionamento social via análise discursiva.

No caso da primeira vertente, muito já discuti quando apresentei os projetos no capítulo 04. Vale ressaltar, de qualquer modo, que os resultados do

trabalho com a Rocinha não podem ser quantificados, uma vez que o impacto social está justamente no fato de o morador da Rocinha passar a assumir sua própria voz, sem medo de estar falando “errado”. O impacto social incide na possibilidade de mudança na imagem que o sujeito faz de si, alterando uma percepção de medo social em função de ter introjetado o preconceito linguístico. Lembro, por exemplo, de uma das alunas, uma mulher chamada Margarida, empregada doméstica que mal falava durante as aulas, relatar em sala que havia ido à escola do filho para questionar uma professora, que, em maio, já dizia que iria reprovar a criança.

No caso da pesquisa de campo com os índios Poyanawa, o mais importante foi a valorização de uma língua em perigo de extinção. Não consegui realizar a contento a pesquisa especificamente programada (conforme relato no relatório, anexo V, neste memorial) de gravar os três moradores bilíngues mais idosos da aldeia. Porém, esse contato inicial assegurou uma visão geral da situação linguística da aldeia em 1989/1990, já que alterei a proposta de pesquisa ao fazer um pequeno recenseamento para verificar qual a faixa etária e sexo dos moradores exclusivamente monolíngues e quais os que entendiam Poyanawa, mas não falavam a língua.

Outra faceta do trabalho do linguista-analista do discurso pode ser apreciado no que já descrevi sobre minha participação como apoio técnico ao grupo de Língua Portuguesa da Secretaria Municipal de Educação. Discursivamente, considerando-se os processos de produção de sentidos, defendeu-se uma proposta de ensino que levava em consideração a não separação das aulas de gramática das aulas de redação e literatura, por exemplo. Durante mais de um ano, o grupo discutiu e chegou a uma proposta de reformulação dos conteúdos de Português de JI à 8ª série. A distribuição desse conteúdo ao longo das séries, e, sobretudo, a filosofia metodológica apresentada foram objeto de inúmeras reflexões jamais implementadas por capricho do prefeito eleito que sucedeu Saturnino Braga.

Sob coordenação geral da Professora Dra. Eliana Yunes, participei das atividades do Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER) percorrendo várias cidades brasileiras e ministrando oficinas sobre leitura. Dizer que organizei

e realizei as oficinas é pouco, se considerar o trabalho de politização social implicado na importância da formação do leitor. As atividades do PROLER não eram voltadas apenas para uma capacitação de professores. Por serem abertas ao público em geral muitas vezes recebíamos donas de casa e profissionais de qualquer especialidade. Lembro-me de ter realizado oficinas com enfermeiras, estudantes de direito, e alunos de segundo grau, todos presentes e atuantes. O trabalho político de ênfase na formação do leitor crítico envolvia descobertas no mínimo curiosas sobre a situação das bibliotecas. Foi com espanto que descobrimos que a cidade de Viçosa não tinha biblioteca pública e que os moradores precisavam recorrer (mas nem sempre eram atendidos) à biblioteca universitária. Mais espantoso ainda foi o caso de uma pequena cidade do interior da Bahia: após um forte temporal que inundou a biblioteca pública, os livros haviam sido alocados cuidadosamente dentro de uma das celas da delegacia local...e lá permaneciam encarcerados.

Cabe lembrar, também, o jogo didático *Biriba de linguagem*, que se encontra inserido no conjunto de atividades voltadas para o ensino de língua materna. Como descrevi anteriormente, a base linguística do jogo está vinculada a um aspecto lúdico e ao estímulo à criatividade, de forma a tornar mais agradável o ensino da língua.

Essa preocupação pedagógica persiste ainda hoje. O desenvolvimento do projeto de pós-doutoramento com os jovens doutores, e, mais especificamente, no projeto com financiamento CAPES, prevê palestras em escolas públicas com discussões sobre políticas linguísticas e sobre ensino de língua. O resultado parcial desse trabalho voltado para a sociedade pode ser lido no boletim dos pós-doutorandos no. 02 (cf no *site* do LAS [www.uff.br/LAS](http://www.uff.br/LAS)). Neste relatório, Carla Barbosa Moreira faz o relato e produz uma reflexão sobre sua experiência em escolas da rede municipal de ensino.

Trazendo, agora, as contribuições das pesquisas realizadas para a própria área, alguns aspectos podem ser mencionados. Considero uma contribuição teórica ter formulado, ao longo do trabalho de pós-doutorado, a noção de *colonização linguística*, sobre a qual já discorri mais longamente. No trabalho de doutorado, por sua vez, cheguei à chamada narratividade, ou seja,

ao modo como o discurso jornalístico (re)constrói memória histórica em sua discursivização do cotidiano. A narratividade é o que permite a recomposição interna dos discursos em função das variações e mudanças históricas. Ela funciona como uma costura que tece e conduz nos jornais a tentativa de organizar logicamente, com explicações de causa e efeito, a semântica dos mundos ditos normais. Também considero relevante o que tenho trazido para o campo da Análise do Discurso em termos das fronteiras com a Psicanálise. Uma discussão lenta e continuada em grupos de pesquisa, em aulas e em seminários tem sido conduzida por mim, visando ampliar o debate inicialmente proposto por M. Pêcheux.

Ainda como contribuição para a área, destaco os trabalhos de tradução realizados: um livro e artigos de vários autores. Foi uma forma de contribuir na divulgação da Análise do Discurso no Brasil nos anos 80 e 90 do século passado.

Nessa medida, destaco também o projeto *Por uma enciclopédia audiovisual virtual de termos da Análise do Discurso*, sob minha coordenação, que vem sendo desenvolvido coletivamente no Laboratório Arquivos do Sujeito desde 2013. Como já destaquei anteriormente, com esse projeto visou atuar tanto na divulgação da Análise do Discurso (e áreas afins) quanto na discussão sobre o papel das novas tecnologias de linguagem nesse campo de divulgação científica. Em outras palavras, trata-se de um projeto que se propõe a contribuir para o desenvolvimento de tecnologias de linguagem que deem suporte ao processo de produção e de circulação do conhecimento em relação à área dos estudos discursivos, com uma possível abertura, pela perspectiva tecnológica, de articulações entre a análise de discurso e outras áreas das humanidades. Uma pergunta à qual sempre retornamos em nossas discussões conjuntas é a seguinte: de que modo pesquisadores da área da Análise do Discurso e da área das humanidades podem contribuir para a produção do conhecimento tecnológico fundamentados nas ciências linguísticas, sociais e humanas em um momento histórico de “dispersão” do sujeito, por exemplo, em “redes sociais”, que produzem um imaginário de liberdade diante da Lei simbólica?

Outro ponto interessante a ser destacado. A partir de algumas análises que organizei e finalizei com os diversos projetos aqui apresentados, posso afirmar que coloquei em circulação inúmeros textos antes dispersos, No livro

*Colonização Linguística* (2004), por exemplo, há um pequeno arquivo com a transcrição parcial de documentos dos séculos XVI, XVII e XVIII. Em *O PCB e a Imprensa* (1998), fiz a recolha das formas como os comunistas e o próprio PCB foram designados na imprensa durante mais de 60 anos. Um trabalho que também considero importante é o conjunto de artigos que escrevi sobre a Língua Portuguesa em Moçambique no período revolucionário e pós-revolucionário. Com esses artigos, coloco em circulação alguns documentos inéditos que se encontravam arquivados em Moçambique. Do ponto de vista da História das ideias Linguísticas, em sua relação com a Análise do Discurso, quanto mais se analisa a língua em suas condições históricas de produção de sentidos, mais se compreende o funcionamento da sociedade em geral. Nesse sentido, os projetos que desenvolvi apresentam um retorno para a sociedade, pois ao tratar dos processos de produção de sentidos, foi possível, também, apreender o funcionamento social geral.

Com relação à circulação do conhecimento no meio acadêmico, alguns critérios quantificáveis tem sido valorizados nos últimos anos. Sem entrar no mérito da discussão que envolve as quantificações, creio que é relevante uma discussão mais fina, situando o lugar do pesquisador em relação às políticas de Estado que regulam as agências de fomento. Ao regular o perfil do pesquisador elegível para receber determinada bolsa ou fomento, as agências estaduais e federais produzem indiretamente modelos a serem seguidos. O ponto básico de discussão é: Quais os critérios em jogo? Qual o modelo de ciência subjacente? Se se estabelece uma comparação, por exemplo, entre os critérios da FAPERJ e os do CNPq para obtenção de bolsa Cientista do Nosso Estado e Produtividade em Pesquisa, respectivamente, pode-se perceber que a partir dali vai sendo produzido um modelo, imaginário, do que é ser cientista no Brasil. Assim, ser ou não ser selecionado por comitês de avaliação produz efeitos bastante distintos os quais afetam não apenas a vida do professor, mas também, indiretamente, a avaliação do Programa de Pós-Graduação ao qual ele pertence. Esse aspecto modelar precisa ser continuamente discutido e promovido tanto em eventos gerais da área, como a ANPOLL, quanto nos colegiados de pós-graduação.



## 7. A gestão acadêmica em foco

Antes de concluir esse memorial, é necessário ainda registrar o desempenho em atividades de gestão acadêmica.

Além de ter participado regularmente de inúmeras comissões e colegiados de graduação e pós-graduação, destaco a atuação em dois projetos acadêmicos.

Particpei da elaboração do anteprojeto do curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Leitura e Produção de Textos. A proposta dessa Especialização surgiu em discussões no âmbito do colegiado do Departamento de Ciências da Linguagem, quando um grupo de professores considerou pertinente a abertura de um curso que pudesse atender a dois objetivos: embasar teoricamente questões vinculadas ao ensino de leitura e à formação do leitor, por um lado, e propor uma revisão crítica do percurso de graduação em Letras. Trata-se de um curso que até hoje está em vigor, sempre atraindo alunos que desejam fazer uma formação mais específica em Leitura e/ou uma reciclagem para ingresso no mestrado. Fui a primeira coordenadora dessa Especialização, tendo ministrado aulas até 1997.

Outra comissão que considero relevante mencionar e destacar foi a encarregada de reformular a estrutura de graduação em Letras. Ao integrar essa Comissão, participei de acaloradas discussões com colegas sobre o formato acadêmico de Letras. Que alunos gostaríamos de formar? Quais os conteúdos mais pertinentes? Deveríamos estruturar o curso de forma mais fechada, com um conjunto grande e fixo de disciplinas obrigatórias, ou deveríamos deixar o curso com mais aberturas para outras áreas das ciências Humanas e Sociais?

Esse foi um momento de importante virada para o setor de Linguística, pois foi após essa reformulação que nosso curso passou a ter três disciplinas obrigatórias. A entrada da terceira Linguística obrigatória abriu espaço para uma ementa com Análise do Discurso, importante vitória decorrente de um trabalho constante de orientações na graduação e na pós-graduação.

Ainda destaco que fui chefe do Departamento de Ciências da Linguagem em quatro gestões: 1998 a 2000; março de 2006 a outubro de 2006 (chefia *pro*



*tempore*); 2006 a 2008; e 2008 a 2010. A chefia departamental abriu novos horizontes para a compreensão da vida universitária em seus aspectos administrativos. Dessa experiência de mais de oito anos, destaco que foi sob minha gestão que foram abertos concursos públicos, inclusive concursos para a área de Linguística.

Foi durante a segunda gestão que, após entendimentos com os departamentos de Comunicação Social e de Publicidade, que o setor de Linguística começou a oferecer disciplinas obrigatórias para o Instituto de Artes e Comunicação Social (IACS). Para o IACS, oferecemos três linguísticas: uma de caráter geral, uma de Semiótica e uma de Análise do Discurso Midiático.

Por fim, para mencionar a gestão acadêmica fora da UFF, acrescento que atualmente tenho a oportunidade de participar do Comitê Assessor de Letras e Linguística (CA-LL) do CNPq. Fui indicada, em 2014, para integrar o comitê com um mandato de três anos. A atuação no Comitê é de extrema relevância, uma vez que o CNPq é um dos órgãos públicos responsáveis pela institucionalização de políticas científicas no Brasil. Nosso trabalho é exaustivo por vários motivos: lidamos com centenas de projetos de pesquisa oriundos das inúmeras universidades brasileiras; precisamos selecionar os que estão adequados ao Edital e ler todas as avaliações *ad hoc* a fim de tentar chegar ao que seria mais justo em termos de distribuição de recursos e bolsas para os pesquisadores. Por um lado, merece destaque o afluxo de fomento propiciado pelo CNPq, que tem sido contínuo nos últimos 10 a 15 anos. Por outro, porém, as verbas destinadas à área de Ciências Humanas e Sociais recebem ajustes pouco expressivos, considerando a demanda crescente da área. A participação nos intensos debates travados nas reuniões colegiadas do Comitê, além de ter me permitido melhor compreender o mapa da pesquisa em Linguística no Brasil, tem me feito perceber que, sem dúvida, ainda há muito a ser realizado em prol de um maior crescimento das políticas científicas voltadas para os estudos de linguagem.

## 8. Palavras finais

Retomando as considerações acadêmicas exaustivamente discutidas ao longo dessas páginas, vale, neste ponto, retomar Sylvain Auroux (2008) em sua definição da produção do conhecimento como sendo limitada e possuindo, por definição, uma temporalidade que não é sem horizonte de retrospecto e sem horizonte de projeção. Afirmo Auroux sobre os processos de produção do conhecimento: “o saber não destrói seu passado, mas sim, o organiza, o escolhe, o esquece, o imagina ou o idealiza e também tenta antecipar seu futuro, sonhando enquanto o constrói.” (Auroux, 2008, p. 35).

A história presente da Análise do Discurso e da História das Ideias Linguísticas na UFF inclui, desse modo, sua historicidade, ou seja, a memória da conjuntura teórica em que o processo de sua disciplinarização, enquanto produção de saber, se insere. Há que se levar em consideração os mecanismos político-acadêmicos que institucionalizam esses dois campos de estudos, permitindo sua transmissão no meio acadêmico; e, por fim, a possibilidade de apreensão das tênues linhas que projetam seu porvir. Nesse sentido, minha participação na construção de um lugar para essas duas disciplinas na UFF é marcada por persistência e tenacidade. De início, durante aproximadamente uns quinze anos, foi um trabalho bastante solitário em Niterói. Um trabalho que não teria sido possível sem os alunos que, junto comigo, apostaram no campo aberto pela Análise do Discurso e pela História das Ideias Linguísticas.

Destaco, ainda, a chegada das minhas colegas de Laboratório, professoras Vanise e Silmara, que com vigor acadêmico renovaram a aposta. Também as agências de fomento desempenharam seu papel apoiando os projetos aqui descritos com recursos que permitiram o desenvolvimento das pesquisas, a formação discente e, mais recentemente, a organização de um grupo de pesquisa e de um Laboratório, equipado e com biblioteca.

Como afirmo no início desse memorial, a escrita de narrativas de caráter pessoal soa de modo estranho ao meio acadêmico. Por outro lado, nessa escrita

trago inúmeros nomes próprios, cito linguistas e analistas do discurso que fizeram parte da minha trajetória, constituindo o conjunto de ideias linguísticas que alimentaram tantos projetos e me ajudaram a formar tantos alunos. Se é possível qualificar minha trajetória, retomaria o que escrevi no início: é uma trajetória inquieta, sempre em busca de novas perguntas sobre o funcionamento da linguagem humana.

Cada dia é único e sempre se renova, entrelaçando ensino, pesquisa e circulação do conhecimento. Espero ter demonstrado que tal narrativa pessoal não teria existido sem meu contato com tantos mestres que generosamente abriram portas para construção da minha carreira. E, da mesma forma, não teria existido sem os alunos e tantas amizades teóricas que fiz nesses anos de trabalho acadêmico. Afinal, como nos lembra João Cabral de Melo Neto, “um galo sozinho não tece uma manhã”.



ANEXOS



MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

C E R T I D A O

CERTIFICO que BETHANIA SAMPAIO CORRÊA MARIANI,  
estagiou em Linguística Indígena do Brasil, no Museu do Índio,  
no período de agosto de 1980 a janeiro de 1982, totalizando  
1.046 horas.

Rio de Janeiro, 13 de abril de 1982

Carlos de Araujo Moreiça Neto  
Diretor do CEMDOC.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

CENTRO DE LETRAS E ARTES — FACULDADE DE LETRAS

Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Letras

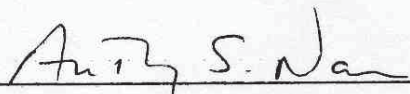
AV. CHILE, 330 - Centro - ZC-06 - 20.000 — Rio de Janeiro — BRASIL

Censo da Variação Lingüística no Estado do Rio de Janeiro

DECLARAÇÃO

Declaramos para os fins devidos que BETHANIA SAMPAIO CORREA MARIANI, Carteira de Identidade nº / 04401102-1/IFP, está trabalhando no Projeto de pesquisa sociolingüística "Censo da Variação Lingüística no Estado do Rio de Janeiro" - Faculdade de Letras da UFRJ, efetuando trabalho de campo, bem como transcrições dos dados colhidos nas fitas gravadas.

Rio de Janeiro, 17 de agosto de 1982



Anthony Julius Naro, Ph.D.  
- Coordenador -





PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO  
Rua Marquês de São Vicente, 225 - ZC-19 - Tel. 274-9922 - Rio de Janeiro

C E R T I F I C A D O

Certifico que a aluna Bethânia Sampaio  
Carreia Mariani nº de matrícula 7811012  
foi monitora do curso Comunicação e Expressão I (LET 1040)  
obtendo o grau 10 no semestre 79.1.

Rio de Janeiro, 25 de junho de 1980

Marjorie Steinhilber Chi  
Supervisora de Comunicação  
e Expressão





# D.O.RIO

Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro

SUPLEMENTO ESPECIAL - 15 DE JUNHO DE 1988

Poder Executivo

## DOCUMENTO PRELIMINAR PARA DISCUSSÃO

Bê, olê notícias e receba este  
presuntinho nosso. Custa muito  
de você. Beijinhos mais,  
Sergio

Bethania guarda,  
esta é a prova de que a  
qual se fazemos! E seu  
claro! Um beijão mudinho

Aia  
Bethania, você está  
fazendo muito falta  
Estamos morrendo  
de saudade da Apareça!  
Carinhoso

Bethania  
este trabalho  
é muito seu  
Cachinhos  
funtos  
Beijão  
Sergio

## PROPOSTA CURRICULAR

Secretaria Municipal

### EDUCAÇÃO RIO

PREFEITO SATURNINO BRAGA  
GOVERNO - COMUNIDADE



base a faixa etária das crianças na formação das turmas, evitando-se os remanejamentos e investindo-se na formação do grupo que será trabalhado dentro de sua heterogeneidade.

### 3.3.5 - Integração de atividades

Levando-se em consideração que a aprendizagem se dá de forma globalizada, a Escola - e especificamente a Alfabetização - deve ser vivida como um todo e não fracionada em compartimentos estanques. Para tanto, é preciso que todos os componentes curriculares sejam trabalhados de forma integrada, propiciando uma visão crítica da realidade; a partir de uma determinada situação, o professor trabalhará as diferentes áreas, permitindo ao aluno a construção do conhecimento na sua totalidade.

Consideramos importante ressaltar a necessidade de o professor tomar como base os pressupostos contidos na Proposta de Alfabetização ao trabalhar os conteúdos sugeridos em cada componente curricular. O documento *Atividades Integradas para CA a 1ª série - 2ª edição*, enriquecido pelos conteúdos propostos pelos diferentes componentes curriculares neste documento que ora se envia, continua sendo instrumento auxiliar para o planejamento do professor.

### 3.4 - Pressupostos

É na utilização da língua escrita como instrumento fundamental para a apropriação crítica do saber formal acumulado que o indivíduo encontrará melhores condições de interagir no contexto social como agente transformador.

O conhecimento se constrói através da utilização de estruturas mentais dentro de uma lógica interna própria de cada indivíduo e da inter-relação com o grupo.

Ao chegar à escola o aluno já está no processo de construção de conhecimento. O processo de alfabetização não se inicia, portanto, na hora em que o adulto assim o determina.



## Componentes Curriculares

### 4.1 - Língua Portuguesa

*A linguagem falada e depois escrita, constitui o chão da liberdade. Através do seu uso é que os seres humanos se fundem, enquanto sujeitos livres, capazes de transformar o mundo e inventar novos caminhos.*

Hálio Pellegrino

#### 4.1.1 - A Proposta de Língua Portuguesa

Neste documento pretendemos dar continuidade ao trabalho que temos desenvolvido junto aos professores do 1º Grau do Município do Rio de Janeiro. Propomos um ensino de Língua Portuguesa que priorize a produção de textos (orais e escritos) e da leitura, porque acreditamos na importância de valorizar a fala<sup>(1)</sup> do aluno, permitindo, através dos diferentes usos da Língua, a concretização do seu pensamento. Desse modo, o aluno terá reais condições de desenvolver seu potencial crítico-reflexivo, adquirindo novas formas de expressão, sendo capaz de interagir com seu interlocutor de modo adequado e criativo.

Nesse sentido, centramos nossa proposta nos processos de FALAR/OUVIR e de LER/ESCREVER. A produção de textos falados ou escritos e a leitura crítica parecem-nos o melhor caminho para a aprendizagem em Língua materna. A simples descrição de regras gramaticais, dissociadas do contexto de interlocução, pouco amplia o universo lingüístico e o poder de comunicação do aluno; dessa forma, acreditamos que a descrição e a compreensão da Língua precisam estar sempre vinculadas ao seu uso. A sala de aula, sem dúvida, representa um espaço fundamental de interação de falas e de leituras onde alunos e professores falando, lendo ou escrevendo, interagem lingüística e socialmente de modo produtivo.

Ao encarmos o ensino de Língua Portuguesa dessa maneira, torna-se importante explicitarmos alguns conceitos que envolvem a produção textual:

#### VARIANTE E NORMA

Sabemos que uma língua não é um sistema uno e homogêneo, mas um conjunto complexo de variações, tanto a nível individual, quanto regional e social. Frequentemente, no entanto, deixamos de considerar essa diversidade, embora ela se

manifeste na própria sala de aula, onde convivem, pelos menos, três variantes: a que o professor usa, a que ele pretende ensinar e a dos alunos.

Acreditamos que a VARIANTE que o aluno domina, que faz parte do seu convívio familiar e social, deve ser valorizada, ou seja, deve ser ouvida e considerada como elemento desencadeador do processo de reflexão sobre os diferentes usos da Língua; dessa forma, o aluno estará mais receptivo para entrar em contato com outras variantes. Através da percepção de diferenças e semelhanças entre variantes, e da consciência da maior ou menor adequação de uma determinada forma lingüística a uma dada situação de interlocução, o aluno amplia seu conhecimento da Língua. O domínio da NORMA padrão, variante de maior prestígio social, deve resultar desse processo de diferenciação e percepção da funcionalidade dos usos da língua.

(1) PACHECO, Cecília Maria Goulart. *Alfabetizar: partilhar com todos o que é direito de todos*. Rio de Janeiro, março 1985 (mimeo).

#### Autores:

Alice de La Rocque Romeiro  
Ana Maria Moreira Cesar Kriemler  
Ana Maria de Souza  
Anna Olga de Barros Barreto  
Carmen Braga Martins  
Carmen Lucia Galvão Riccioppo  
Cecília Maria Goulart Pacheco  
Edina Maria de Oliveira Rangel  
Eliane Tavares da Silva  
Eveli Leite da Costa  
Leila Rocha Cerqueira  
Mara Ferreira de Castro  
Maria Cristina Cotta Loureiro  
Maria da Glória Cunha  
Maria Helena Franco Martins  
Maria Luiza Tavares Benício  
Marina Mello Bittencourt  
Nelia Regina dos Santos de Paulo  
Patrícia Almeida Fernandes  
Rita de Cássia Veríssimo  
Vanila Lopes Diniz  
Vera Lucia Messetti Lucas  
Zuleica Victor  
Zuleika Pinho de Abreu

manifeste na própria sala de aula, onde convivem, pelos menos, três variantes: a que o professor usa, a que ele pretende ensinar e a dos alunos.

Acreditamos que a VARIANTE que o aluno domina, que faz parte do seu convívio familiar e social, deve ser valorizada, ou seja, deve ser ouvida e considerada como elemento desencadeador do processo de reflexão sobre os diferentes usos da Língua; dessa forma, o aluno estará mais receptivo para entrar em contato com outras variantes. Através da percepção de diferenças e semelhanças entre variantes, e da consciência da maior ou menor adequação de uma determinada forma lingüística a uma dada situação de interlocução, o aluno amplia seu conhecimento da Língua. O domínio da NORMA padrão, variante de maior prestígio social, deve resultar desse processo de diferenciação e percepção da funcionalidade dos usos da língua.

#### TEXTO E CONTEXTO

Entendemos como TEXTO qualquer enunciado, oral ou escrito, que forme um todo coeso e coerente internamente, e em relação à situação de comunicação. Assim, a justaposição de frases dissociadas - sem COERÊNCIA e COESÃO - não caracteriza um texto, não constitui uma UNIDADE de significação.

Consideramos, ainda, que um texto é produzido ou lido em um determinado momento histórico-social, em uma dada situação de comunicação, isto é, num dado CONTEXTO. A consciência desse fato, das relações que um texto estabelece com outros e com o momento de sua produção ou leitura é que torna possível a construção de um autor/leitor crítico, capaz de atuar na sociedade em que vive.

#### LEITURA

Compreendemos aqui a LEITURA, tanto em seu sentido estrito de leitura de textos escritos, quanto no sentido mais amplo que lhe deu Paul Freire de "leitura do mundo" - apreensão de significados do mundo social, político, ideológico que nos cerca.

Em ambos os casos, pretendemos a leitura crítica e pessoal. Assim, ler e compreender não é reproduzir "a verdade" do professor, mas produzir significação. Nesse sentido, a leitura incorpora vários universos: o do texto com seu con





Projeto: Documentação, Descrição e Análise da  
Língua Poyanawa

Execução: Bethania Sampaio Corrêa Mariani

Referência: 404081/87 - 8/P.Q./FC  
CNPq.

RELATÓRIO SOBRE VIAGEM DE CAMPO

Janeiro de 1989



Relatório: Viagem de campo para pesquisa da Língua  
Poyanawa (família Pano - Acre)

No dia 6 de janeiro iniciei a viagem para o Acre. Esta viagem, com duração prevista para 15 dias foi feita em duas etapas: de 6 a 12/01, permaneci em Rio Branco, fazendo um levantamento dos dados disponíveis sobre a língua Poyanawa arquivados pela Comissão Pró-Índio no Centro de Documentação da Fundação Cultural; de 12/01 a 23/01 fixei residência na aldeia Poyanawa para observação e coleta de dados lingüísticos.

Primeira etapa: Rio de Janeiro - Rio Branco

Antes de iniciar o relato propriamente dito, gostaria de ressaltar a excelente acolhida que os diversos segmentos envolvidos na luta pró-populações indígenas - a saber: Comissão Pró-Índio, Fundação Cultural do Acre e Centro de Treinamento de monitores índios - me dispensaram. Sem o apoio desses órgãos e também sem o apoio de Nieta L. Monte, Vera Olin da, Antônio Macedo, Luiz Carvalho e Ruth Monserrat, com certeza meu trabalho não teria alcançado resultados satisfatórios.

Enquanto estive em Rio Branco, propus-me a duas tarefas. Por um lado, acompanhar de perto o funcionamento do curso de reciclagem para professores índios e, por outro, fazer uma pesquisa de gabinete no Centro de Documentação da Fundação Cultural (CPI).

O curso para os monitores índios congrega professores es

pecialistas em Língua Portuguesa, Lingüística, Matemática, Ciências e Alfabetização. Pude perceber que, embora ainda hoje haja uma certa defasagem na adequação entre escolha de conteúdo/estratégia de aula/cultura indígena, (sobretudo na área de matemática), há, por parte dos organizadores do curso, um repensar constante do processo de ensino, levando, inclusive, à produção de constantes reformulações nos objetivos propostos. Tendo em vista este "repensar", a professora Nieta L. Monte - elaboradora do "projeto de autoria" - elaborou um amplo projeto de pesquisa que tem como um dos objetivos observar os monitores índios ministrando as aulas em suas aldeias de origem.

Participei do referido curso da seguinte forma: assistindo às aulas de matemática dadas pelos professores Abaúna (da Universidade Federal Fluminense) e Luiz Carvalho (da CPI) - ocasião em que auxiliiei em particular Salvio Caxinauã na resolução de alguns exercícios sobre frações; ministrando uma aula de português cujo conteúdo foi um ditado (conforme orientação da professoras Nieta); e colaborando na revisão de uma cartilha sobre alfabetização.

É importante mencionar também que fiz uma pequena gravação com Sofia Poyanawa, professora da aldeia. Sofia, monolíngue em português, demonstrou conhecer um vocabulário limitado, já com marcante influência da língua portuguesa. Em outras palavras, ao pronunciar palavras em Poyanawa, Sofia imprime nas mesmas marcas da prosódia do português. Foi a professora Ruth Monserrat que, durante conversa informal no Centro de Treinamento, chamou minha atenção para este fato.



Pude confirmá-lo mais tarde, quando fui à aldeia. Como exemplo, cito a palavra bonita, que na pronúncia de Sofia é [boesa], enquanto que na fala dos velhos índios poyanawa é [bʌ'sa].

No que se refere à pesquisa de gabinete, fiz um levantamento do material jornalístico relativos à situação dos poyanawa<sup>1</sup>. Além disso, li e tirei cópias de alguns relatórios produzidos por membros da CPI, que tratam da questão da posse da Terra pelos Poyanawa<sup>2</sup>.

Este material está sendo lido, analisado e irá compor um trabalho final sobre a história dos Poyanawa e sua atual situação lingüística.

Enquanto estive em Rio Branco, tentei entrar em contato com Tina, uma índia poyanawa de aproximadamente 85 anos que mora com sua sobrinha. No entanto, não obtive sucesso. Os parentes de Tina impediram que eu fizesse qualquer tipo de contato.

O período em Rio Branco foi bastante produtivo, pois, além de ter desenvolvido as atividades acima mencionadas, pude obter uma visão sobre a realidade da situação indígena no Acre. Tal realidade está profundamente marcada por lutas políticas. São dois os campos de força que se antagonizam: índios, seringueiros, ecologistas e intelectuais de um lado, e

1- Jornal Rio Branco de 18/01/84 e 27/11/88; Jornal Folha do Acre de 14/01/83, 11/10/83, 13/11/83 e 15/12/83.

2- Os relatórios consultados foram: "A imemoralidade da área e a situação atual do povo Poyanawa" (para o MIRADE) de Terri Vale do Aquino e "Relatório Poyanawa" (para a CPI) de Luiz Carvalho.

de outro, fazendeiros e seringalistas, isto é, os antigos coronéis, expressão do poder dominante. Uma política lingüística para as minorias indígenas do Acre torna-se, neste momento, algo fundamental a ser desenvolvido, com sistematicidade e apoio governamental.

Segunda etapa: Rio Branco - Cruzeiro do Sul - Aldeia Poyanawa  
(e volta)

A aldeia Poyanawa situa-se à margem do Igarapé Ypiranga e está próxima da cidade de Mâncio Lima. A estrada que liga a aldeia à cidade é de terra. Na época das chuvas - dezembro a junho - esta estrada torna-se praticamente intransitável, pois a terra tranforma-se em lama e barro, fazendo surgir, ao longo do caminho, enormes buracos e poças d'água provocados pela erosão do solo e pelos constantes desmatamentos. Deste modo, só se pode sair (ou entrar) da aldeia a pé.

No dia em que cheguei, não havia chovido muito. Por isso, o jipe do MIRADE<sup>3</sup> pôde ultrapassar sem maiores problemas a estrada.

Ao chegar na aldeia, procurei por Mario Cordeiro, chefe dos Poyanawa, e entreguei-lhe uma carta de "recomendação" redigida (ainda em Rio Branco) pela professora Nieta. Mario mostrou-se bastante receptivo, chegando a me oferecer hospedagem em sua própria casa.

No momento preciso deste primeiro encontro, ocorreu um fato curioso: Mario estava numa birosca - que depois vim a des

3- Por recomendação de Luiz Macedo, presidente da CPI, fui ao MIRADE solicitar auxílio em termos de transporte de Cruzeiro do Sul para a aldeia. Caso o Mirade não tivesse cedido um jipe e motorista, só me restaria a lugar um táxi, o que representaria um gasto excessivamente elevado.



cobrir ser sua - jogando sinuca com outros homens da aldeia. Assim que se divulgou que eu estava ali para fazer uma pesquisa lingüística, dois velhos índios se aproximaram e começaram a falar na língua comigo. Enquanto todos riam muito da minha "cara de espanto", ambos os velhos falavam sem parar, como se já estivessem habituados a cenas daquela ordem. Aos poucos, Mario começou a fazer algumas traduções, dizendo que os dois estavam me fazendo perguntas, etc.

Pude perceber, com este episódio, algo que confirmei mais tarde (e que já me havia sido dito em conversas informais com Nieta, , Ruth Monserrat , Levinho, etc). Em primeiro lugar, que estes dois velhos (num conjunto de cinco) eram os únicos a falarem a língua de modo fluente. E em segundo, que eles já estavam "viciados" em fazer gravações, dar entrevistas e falar sobre a língua.

De fato, várias vezes durante minha permanência na aldeia, fui indagada acerca do destino de minhas pesquisas. Soube através de vários membros da comunidade poyanawa que eles já haviam sido entrevistados outras vezes por pesquisadores variados - lingüistas e antropólogos. Tais pesquisadores, entretanto, nunca comunicaram à comunidade o resultado de seus trabalhos. Por este motivo, foi importante que eu assegurasse para o grupo que: 1) minha pesquisa se inseria num projeto amplo patrocinado pelo CNPq e por algumas universidades brasileiras; 2) o CNPq havia apenas financiado a viagem de campo (ou seja, não haveria compensação financeira de espécie alguma quando retornasse ao Rio); 3) a partir daquele momento, eu tinha me tornado responsável pelo estudo da

língua; e 4) os resultados da análise lingüística seriam transformados em termos pragmáticos, i.e., aplicado à elaboração da ortografia e cartilhas bilíngues.

Além disso, ao longo de minha permanência, ficou estabelecido que todas as gravações feitas seriam enviadas para a comunidade. Esta idéia surgiu em função da necessidade de preservação da memória poyanawa feita pelos próprios Poyanawa. O chefe Mario, bem como as outras lideranças existentes, estão conscientes da crescente perda de identidade do grupo. Esta progressiva "despersonalização" teve início com o "amansamento" do grupo feita pelo Cel. Mâncio Lima, no início deste século<sup>4</sup> e permanece acontecendo, ainda nos dias de hoje, em função da grande quantidade de carius - homens brancos - que vêm de Mâncio Lima para casar com índias poyanawa.

Os informantes com quem trabalhei, portanto, eram velhos índios que tinham o poyanawa como primeira língua. São eles: Alberto, Antonio Jardim, Moraes e Antimar. Em função da idade avançada do grupo, enfrentei algumas dificuldades para a obtenção de dados. Por exemplo: a surdez de Seu Moraes e Seu Antimar, a gagueira de Seu Alberto e os problemas dentários de Seu Moraes.

No total, foram feitas seis (6) horas de gravação, sendo que uma hora é dedicada ao relato de dois mitos (os únicos lembrados) e uma história de caçada. Da parte de Seu Moraes obtive uma extensa lista de nomes referentes às aves, aos a-

4- Cf. projeto de pesquisa, onde há um breve histórico deste assunto.

nimais, aos peixes e às árvores e frutos da mata. Os informantes mais "produtivos" foram, sem dúvida, Seu Antimar (apesar da surdez) e Seu Antonio Jardim. Com ambos pude aplicar o questionário lingüístico (montado no Rio de Janeiro com orientação de Marília Faccó do Museu Nacional).

As gravações se realizaram durante o dia, na casa dos informantes, como também à noite, na casa de Seu Moraes. Nessas ocasiões, juntavam-se moças, rapazes e crianças para ouvir os velhos contarem as histórias sobre a dominação da nação pelos brancos. Esses relatos eram feitos ora em português, ora em poyanawa. Num desses encontros, o próprio Moraes (que é pai de Mario Cordeiro) cantou músicas que aprendeu na infância.

Segundo Mario, minha presença estimulou o grupo a repensar sobre a valorização de sua língua e cultura.

Devido à invasão branca (que data de aproximadamente 0 anos) esta tornou-se "híbrida" em termos de hábitos, costumes e valores. Por um lado, por exemplo, só se come o que se caça, pesca ou planta, mas, algumas vezes, quando não há comida, de algum vizinho, compra-se arroz. Ao mesmo tempo, as refeições são feitas formando uma roda no chão.

Enquanto alguns membros da comunidade são funcionários da prefeitura de Mâncio Lima, outros trabalham somente no roçado, na pesca e no pastoreio. O caso mais extremo de que tive conhecimento talvez tenha sido o do rapaz que não queria tirar carteira de identidade (?!) porque seu sobrenome está inteiro na língua poyanawa.



Alguns hábitos não são mais cultivados, como fazer bapô<sup>5</sup> (moringas e panelas de barro) e caçoá<sup>6</sup> (espécie de cesta ou peneira).

Na escola da aldeia, a professora Railda (antes de sofrer um derrame cerebral), ensinava aos sábados algumas palavras e expressões na língua. Através do exame do caderno de aula do próprio Mario, constatei que Railda fazia uma espécie de dita do. As palavras eram escritas com uma ortografia criada por Railda<sup>7</sup> com base na língua portuguesa. Com a doença de Railda, tais aulas pararam. Quando eu perguntava para os velhos porque nenhum deles tinha assumido o lugar de professor, estes respondiam dizendo que os mais jovens não tinham interesse em aprender a língua. Ao que parece, coube à Sofia ocupar o lugar de Railda.

Antes de finalizar este relato, devo ainda informar que elaborei uma pequeníssima pesquisa cujo objetivo era verificar o grau de compreensão da língua por parte dos falantes. Pude, então, delinear o seguinte quadro:

- 5- Ainda é possível fazer bapô desde que se recupere a técnica, pois, no fúndo do igarapê, existe um barro branco e fino, cuja utilização era destinada à feitura de tais panelas.
- 6- Vi apenas um rapazinho fazendo caçoá por ordem de sua mãe, uma índia casada com cariú.
- 7- Este processo de ensino aliado a uma ortografia inadequada talvez sejam os responsáveis pela alteração na pronúncia de Sofia e de outros índios.

Nome/Idade	Entende algumas palavras	Entende frases	Fala palavras isoladas	Fala frases curtas	Conversa	Quer que se estude Poyanawa na escola
Alda (15)	x	poucas	x			x
Izenir (38) (cariũ)	x	poucas	x			x
Mario (45)		x	x	x		x
Marileide (14)			pouquíssimas			
Amós (20)	x		poucas			x
Francisca (66)				x		x
Josefa (18)						x
Francisca (22) (cariũ)						x
Geciene (11)						x
Gercildo (13)	poucas		poucas			x
Mã da Glória (40) (cariũ)						x
Arlete (13)	poucas		poucas			x
Iraci (45) (cariũ)	poucas		pouquíssimas			x
Luís (50)	poucas		poucas			x
José (46) (cariũ)	pouquíssimas		pouquíssimas			x

Nome/Idade	Entende algumas palavras	Entende frases	Fala palavras isoladas	Fala frases curtas	Conversa	Quer que se estude Poyanawa na escola
Raimundo (43)	x		pouquíssimas			x
Zilene (22)	pouquíssimas		pouquíssimas			x
Alberto († 75)					x	x
Jardim (78)					x	x
Moraes (80)*					x	x
Joaquim (44) (cariú)	x		x			x
Mã Elisa (44)					x	x
João Clemente (33)						x
Francineide (11)	poucas		poucas (c/Railda)			x
Oswaldo (30)	x					x
Mã de Fátima (28)	x					x
Quirino (28) (cariú)	pouquíssimas					x
Luís (28)	x		x			x

Por fim, devo acrescentar que desde meu retorno da viagem de campo tenho trabalhado na transcrição das fitas gravadas. Infelizmente, uma maior dedicação não tem sido possível em função dos trabalhos de ensino e pesquisa que desenvolvo na PUC/RJ. De qualquer modo, pretendo terminar a transcrição até o final de setembro, período em que iniciarei uma análise minuciosa do material transcrito.

Deixo aqui, como observação final, meu agradecimento às professoras Eni P. Orlandi (UNICAMP), Marília Faccó (Museu Nacional), Tania Clemente (PUC/RJ) e Ruth Monserrat (Ministério da Cultura) que deram precioso auxílio para a elaboração e execução do projeto que resultou nesta viagem de campo.



Bethania Sampaio Corrêa Mariani

